

Acção Socialista

Nº 1220 - 19 Maio 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



MOBILIZAR O PAÍS PARA GANHAR NA EUROPA



ENTREVISTA

**José Sócrates:
Durão é o
campeão do
desemprego...** 12

PROTECÇÃO SOCIAL

**... e Bagão Félix
corta no
subsídio de
desemprego** 11

COLOCAÇÃO DE PROFESSORES

**David Justino
o cúmulo da
incompetência** 7

GRUPO PARLAMENTAR

**Seguro anuncia
pacote
legislativo para
pessoas com
deficiência** 8

A pré-campanha entrou na sua fase final. É fundamental que os socialistas e os portugueses se mobilizem para que todos votem nas próximas eleições europeias do próximo dia 13. Precisamos todos de lutar contra a abstenção, que só favorece a coligação de direita, da qual faz parte um partido anti-europeu. Este Governo, por todo o desemprego e recessão que está a criar, por nos atrasar em relação à Europa, por nos ter arrastado para

a guerra, pelos atentados aos direitos sociais, merece um estrondoso cartão amarelo. O PS apresenta uma lista com candidatos de grande qualidade e capacidade de trabalho, que assumem o compromisso de lutar em Bruxelas por um Portugal mais justo e desenvolvido. É preciso votar no PS para que a Europa vire à esquerda, e para que as políticas de direita possam ter um contrapeso no Parlamento Europeu.

4 a 6

PRIMEIRO COMÍCIO DAS EUROPEIAS

29 DE MAIO
16.00H

Pavilhão de Portugal
Parque das Nações
Lisboa

LACAIOS DE JARDIM

A propósito das comemorações do 30º aniversário da fundação do partido, o presidente do PSD convidou os antigos líderes para um almoço. Não todos, que os velhos hábitos estalinistas não se perderam e a actual liderança acha que pode reescrever a história a seu jeito. Adiante: os que compareceram assinaram uma jura de fidelidade à matriz social-democrata do partido e de protesto contra o neo-liberalismo.

Terá o PSD tido um qualquer sobressalto cívico? Terá finalmente percebido as funestas consequências de dois anos de companhia com o PP? Terá achado oportuno proceder a uma separação de águas, nem que fosse apenas no plano dos princípios gerais e abstractos?

De facto, a identidade ideológica do PSD sempre foi problemática. Como partido, fundou-se nos dias seguintes à revolução de Abril, tendo como núcleo a antiga "ala liberal" da Assembleia Nacional marcelista. Tomou o nome de PPD, Partido Popular Democrático, e como inspiração o "socialismo" — o que não é difícil de compreender, numa conjuntura revolucionária onde tudo era puxado para a esquerda. Contudo, na normalização democrática pós-1976, tornou rapidamente clara a sua opção política essencial: situou-se no lado direito do espectro partidário e propôs-se liderar o combate contra a esquerda, o que conseguiu uma primeira vez com êxito através da AD (Aliança Democrática) de 1979. Depois, no contexto da hegemonia de que gozou sob o consulado de Cavaco Silva, rebaptizou-se PSD, na tentativa de conquistar ao centro a maioria absoluta de um só partido, o que também viria a alcançar.

Quando o PS reconquistou o Governo, em 1995, a oposição do PSD tornou a fazer-se a partir do lugar e dos interesses da direita. Reeditou, então, uma aproximação ao CDS-PP chegando a estabelecer uma intitulada Convergência Democrática, que o caso da Universidade Moderna veio fazer abortar. Em face deste percurso, não constituiu surpresa a facilidade com que Durão Barroso, vencedor minoritário das eleições de 2002, conseguiu estabelecer a coligação de governo com Paulo Portas, apesar dos ferocíssimos ataques que este havia desferido contra Cavaco e o cavaquismo, anos a fio, no jornal "Independente". Acontece, aliás, regularmente que as intervenções mais reaccionárias do Dr. Portas são aplaudidas entusiasticamente por quase metade da bancada do PSD.

As declarações de fidelidade à social-democracia são, portanto, publicidade enganosa. A prova provada de que são falsas vê-se na filiação internacional do PSD, que, de moto próprio, abandonou o grupo liberal do Parlamento Europeu para

aderir formalmente ao Partido Popular Europeu, isto é, à família dos conservadores e democratas-cristãos. Qualquer pessoa percebe que não se pode ser "reformista social-democrata" em Portugal e conservador na União Europeia!

Entretanto, se ninguém levou a sério a jura dos ex-líderes, não foi apenas porque se tem presente a esquizofrenia doutrinária do PSD. É também e sobretudo porque salta aos olhos de todos que o eixo de definição deste partido (e, em geral, da direita portuguesa) não é a visão do mundo, mas, muito rasteiramente, os interesses. Como o PPD original, o PSD existe para ocupar o poder de Estado e aí administrar interesses. Foi para isso que se formou, é para isso que existe. Não tem outros estados de alma, não tem outros debates de ideias, não tem outros conflitos e dissensões internas senão as que resultam de ter ou de não ter acesso ao poder do Estado. Líder que o ganhe é aceite, qualquer que seja o seu programa, líder que o perde é despedido, qualquer que seja o seu propósito.

Por isso é que o PSD, todo o PSD, quer o popular quer o aristocrático, com uma única e notável excepção, chamada Cavaco Silva, adora o tiranete da Madeira. Qualquer grande partido (PS incluído...) tem os seus baronetes demagogos, cujo controlo implica um sempre precário equilíbrio entre confrontação e tolerância. Mas o estatuto de Alberto João Jardim no PSD, hoje como ontem, é muito mais que isso. Ele personifica a ambição profunda do partido e dos seus dirigentes intermédios: conquistar e manter o poder por todos os meios, criar a partir do poder uma rede clientelar que o agente, "sacar" dinheiro público e distribuí-lo, confundir desenvolvimento com aparato, ter no populismo a única cartilha.

Ao congresso regional do PSD-Madeira ocorreu o estado-maior do PSD. Ouviu sem pestanejar a enésima catilinária de Jardim contra a República, a enésima ameaça, a enésima chantagem. Que bom seria que Portugal inteiro fosse uma Madeira, resumiu no fim, lapidadamente, o presidente do Congresso Nacional, Dias Loureiro! Pois, parece que Jardim lá vai poder mandar na máquina fiscal, parece que há mais uns milhões do Orçamento de Estado para garantir os votos, parece que o sistema de influências montado na ilha está para durar.

Fidelidade à social-democracia? Só se a política fosse um programa de humor! Por detrás dessa piada dos ex-líderes, o que se encontra é o reino dos interesses. E os seus porta-vozes tomam-no tão a sério que não hesitam em prestar-se ao triste papel de lacaios de Jardim!



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

Ao congresso regional do PSD-Madeira ocorreu o estado-maior do PSD. Ouviu sem pestanejar a enésima catilinária de Jardim contra a República, a enésima ameaça, a enésima chantagem. Que bom seria que Portugal inteiro fosse uma Madeira, resumiu no fim, lapidadamente, o presidente do Congresso Nacional, Dias Loureiro!

REMODELAÇÃO CERTA

ANTOONIO COLAÇO

Perder a remodelação certa na quinta feira?

EU É QUE NÃO SOU PARVO.



FERRO NA AMADORA

PS CONTRA VENDA DE 49 POR CENTO DAS ÁGUAS DE PORTUGAL

O PS opõe-se à venda de 49 por cento do capital da empresa Águas de Portugal, um sector estratégico que não deve ser encarado como um factor de lucro. Estas declarações foram feitas segunda-feira, na Amadora, por Ferro Rodrigues perante cerca de 800 militantes, num jantar-comício no âmbito da pré-campanha para o Parlamento Europeu e no qual foram homenageados os camaradas da Secção com 30 anos de militância partidária e no qual participaram também António Costa, Ana Gomes, Jorge Coelho, Joaquim Raposo, João Soares e Ramos Preto.

Para Ferro Rodrigues, "nada garante que o Governo não faça uma trapalhada igual às que está a fazer na Galp e na Portucel, quando privatizar as Águas de Portugal". Com efeito, o Conselho de Ministros decidiu ontem privatizar um conjunto de empresas que fazem parte da Águas de Portugal ao longo deste e do próximo ano, abrindo o seu capital em 49 por cento até ao final de 2005.

O secretário-geral do PS reforçou ainda esta tese afirmando que as infra-estruturas da empresa não podem ser privatizadas, porque foram financiadas com dinheiro da União Europeia.

"A água é um bem público essencial e não pode ser encarado como um factor de lucro", afirmou.



O PS da Amadora homenageou os camaradas com mais de 30 anos de militância partidária

Ferro Rodrigues aproveitou também para apelar à unidade do PS e ao empenho dos seus militantes nesta campanha eleitoral. "Com as eleições europeias de 13 de Junho próximo, o momento é de luta e de unidade para o PS. Ninguém compreenderia que houvesse outra preocupação que não esta", sublinhou.

PP com neofascistas italianos

António Costa acusou o PP de pertencer ao grupo político no Parlamento Europeu, o UEN, de integra partidos de inspiração fascista, designadamente o de Gianfranco Fini, que teve e tem no seu interior herdeiros da ideologia do

ditador Mussolini.

"Os candidatos do PP na lista da coligação vão sentar-se na extrema-direita do Parlamento Europeu, onde o antigo partido fascista italiano é o principal parceiro do doutor Paulo Portas", afirmou.

No jantar da Amadora, Costa referiu ainda o facto de haver entre os candidatos da coligação "Força Portugal" elementos do PP, partido que "matou a democracia-cristã do antigo CDS e que nasceu contra a adesão de Portugal ao euro e contra o aprofundamento da integração europeia". Respondendo a acusações, o ex-líder parlamentar do PS negou que os socialistas queiram provocar uma crise política. "Somos gente de bem. Que o primeiro-ministro não se preocupe com hipotéticas crises políticas, mas com a crise económica e social do país", afirmou.

António Costa apelou ainda ao voto útil no PS nas eleições europeias, afirmando que, "em 13 de Junho, ou ganham os socialistas ou ganha a direita".

IRAQUE

PROLONGAMENTO DA MISSÃO DA GNR SÓ COM MANDATO DA ONU

Depois do ministro da Administração Interna ter anunciado um prolongamento da missão da GNR no Iraque por mais seis meses, o primeiro-ministro afirmou que esta situação só será afional reavaliada em Junho, desmentindo e desautorizando Figueiredo Lopes.

"Alguém está a enganar os portugueses", disse Ferro Rodrigues, numa reacção à evidente contradição entre Durão Barroso e o seu ministro, defendendo de seguida que "cada uma das pessoas em causa deve avaliar se há condições para coexistirem no mesmo Governo".

Por sua vez, Vitalino Canas exigiu a Durão Barroso que ponha ordem na casa, porque "não é possível que o Executivo fale a duas vozes sobre esta matéria". Para o deputado socialista, está criado "um ambiente de remodelação, em que os ministros já não se importam de contradizer o primeiro-ministro".

Numa primeira reacção ao anúncio do ministro Figueiredo Lopes, o PS censurou de imediato, logo no dia 12, a decisão tomada pela tutela, explicando que esta "desconhece a vontade do futuro poder iraquiano".

A secretária nacional para as Relações Internacionais, Ana Gomes, expressou então a sua "profunda preocupação e discordância" com esta medida.

"O PS reitera que, se até 30 de Junho próximo não for aprovado um mandato das Nações Unidas a legitimar a presença das forças internacionais no Iraque — sendo essa permanência também aceite pelo povo iraquiano —, o contingente da GNR deverá regressar a Portugal", frisou a dirigente socialista.

A destacar ainda que, dias antes, o Partido Socialista tinha condenado as "torturas, maus tratos e humilhações" exercidas por soldados da coligação liderada pelos Estados Unidos sobre prisioneiros iraquianos.

De acordo com um comunicado, "tais grosseiras violações dos mais elementares direitos humanos constituem crimes, agravados por terem sido cometidos por representantes de potências que desencadearam a guerra e invadiram o Iraque a pretexto de libertar o povo iraquiano".

Para o PS, "não surpreende a alegação de que os soldados responsáveis pelas torturas e tratamentos desumanos não teriam sequer sido instruídos sobre as obrigações decorrentes do direito de guerra consagrado nas Convenções de 1949". Isto porque, lê-se no comunicado, "também os governos dos seus países têm violado ostensivamente o Direito Internacional, seja o consagrado nas Convenções de Genebra, como exemplifica Guantánamo, seja a própria Carta das Nações Unidas, ao desencadearem a guerra ilegal contra o Iraque".

Lembrando que "as potências ocupantes são responsáveis por assegurar os mais básicos direitos humanos às populações civis e aos prisioneiros nos territórios ocupados", os socialistas terminam concluindo que estes acontecimentos "aumentam o ressentimento anti-occidental no mundo muçulmano".

FERRO ALERTA PARA REMODELAÇÃO GOVERNAMENTAL ANTES DAS EUROPEIAS

A possibilidade de que as "sucessivas gaffes" dos ministros possam ser o pretexto para Durão Barroso proceder a uma remodelação do Governo pouco antes das eleições europeias, foi avançada pelo secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, acrescentando que esta estratégia "está escrita no livro de um dos grandes patronos do PSD, Cavaco Silva". Discursando no dia 14, em Alverca, num grande jantar-comício Ferro Rodrigues alertou para os excessos de optimismo, afirmando que "até às eleições europeias vamos encontrar muitos obstáculos, e, por isso, não nos podemos fiar em nenhuma sondagem das actuais ou daquelas que vão sair perto das eleições". E lembrou, a propósito, que, até hoje, "nunca aconteceu o PS, sozinho, derrotar a coligação de direita" PSD/PP.

"Se sozinhos ganharmos as eleições europeias, fica dado o sinal para as eleições autárquicas e legislativas que a coligação de direita pode perder", disse, alertando que "a direita e a abstenção estão a trabalhar uma para a outra" nas eleições para o Parlamento Europeu.

"O próximo dia 13 de Junho representa uma oportunidade para os portugueses ajustarem contas com quem lhes mentiu", acrescentou o secretário-geral do PS. Segundo Ferro Rodrigues, o primeiro-ministro "mentiu aos portugueses quando

lhes prometeu impostos mais baixos, mais crescimento e menos défice, porque o que aconteceu foi precisamente o contrário".

"Desde que este Governo está em funções, tivemos aumento do IVA, recessão económica, meio milhão de desempregados e um défice real de 5,3 por cento, valor bem acima daquele que se verificava no último ano de Governo socialista", referiu ainda o secretário-geral do PS.

Perante esta situação, Ferro Rodrigues acusou o Executivo PSD/PP de "estar a levar o país para um abismo social", reafirmando que o PS "não permitirá que continue o ataque aos serviços públicos e, em particular, ao Serviço Nacional de Saúde".

Governo lucra com aumento dos combustíveis

Por sua vez, o coordenador autárquico do PS, Jorge Coelho, desafiou o primeiro-ministro a baixar o imposto sobre os produtos petrolíferos, afirmando que os sucessivos aumentos de preços dos combustíveis estão a tornar a vida dos portugueses "num inferno".

"O primeiro-ministro diz que nada pode fazer para travar o aumento do preço dos combustíveis, mas não é verdade, porque

pode baixar o imposto sobre os produtos petrolíferos", disse.

Por outro lado, disse ainda que Durão Barroso "tem de pagar a factura por mentir aos portugueses sobre as razões do apoio que deu à guerra no Iraque, alegando que tinha visto provas de que existiam nesse país armas de destruição massiva".

Também a questão dos contínuos aumentos dos combustíveis foi o tema central da intervenção, numa reunião do PS/Gaia, no dia 14 de Maio, do líder da bancada parlamentar socialista, António José Seguro, que acusou o Governo de estar a aproveitar a subida do petróleo no mercado internacional para arrecadar mais dinheiro com os impostos.

Esse dinheiro, adiantou, "tem servido obviamente para corrigir as políticas erradas deste Governo e colmar o défice, que o Executivo de Durão Barroso não admite ser de 5,3 por cento em termos reais".

E recordou ainda que "o petróleo sobre os mercados internacionais porque alguém quis fazer uma guerra no Iraque com base numa mentira. E Durão Barroso esteve do lado da guerra".

Na sua intervenção, António José Seguro apelou ainda ao voto útil no PS, por ser a única força política que pode derrotar a coligação de direita nas eleições de 13 de Junho.

LISBOA ABRE CAMPANHA COM COMÍCIO NO DIA 29

Lisboa foi a cidade escolhida para o primeiro comício das eleições europeias do Partido Socialista, a realizar no próximo dia 29, no Parque das Nações, em frente ao Pavilhão de Portugal, e para o encerramento da campanha, no dia 11 de Junho.

A iniciativa que se realizará em 11 de Junho contará com a presença dos candidatos da lista e do secretário-geral do PS, que participarão no arraial popular, na antevéspera do feriado de Santo António.

O último comício de campanha eleitoral do PS será no dia 10 de Junho, em Coimbra, o único que se realizará na zona centro do país. Um dia antes, a 9, realiza-se igualmente um comício no Porto.

A caravana nacional do PS vai percorrer todos os distritos do país até dia 11 de Junho. Quanto aos principais candidatos da lista, eles têm programas paralelos e iniciativas diversas quer na sua região de origem, quer a nível nacional.

Também o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, terá um programa de campanha próprio, juntando-se a Sousa Franco nas principais iniciativas promovidas pelo partido.

COM ANTÓNIO GUTERRES

CANDIDATOS DISCUTEM ESTRATÉGIA DE LISBOA

O Presidente da Internacional Socialista, António Guterres, António Costa e Ana Gomes e a comissária para o Ambiente Margot Wastrom estarão presentes num debate subordinado ao tema "A Estratégia de Lisboa e o desenvolvimento sustentado", a realizar no próximo dia 27, em Lisboa.

António Guterres fará assim a sua aparição numa iniciativa de campanha organizada pela lista do Partido Socialista e que terá uma grande projecção não só pela importância dos temas, mas também devido às personalidades que participarão. Este debate insere-se no fórum "A Europa é conosco", o qual realizará uma iniciativa por semana até dia 2 de Junho, com discussões sobre temas diversos em várias partes do país.

Entretanto, o Presidente da Internacional Socialista, António Guterres, recebeu, no Largo do Rato, no dia 12 de Maio, o ministro para as Relações Externas do Partido Comunista Chinês, Yang Jiarui.

No dia seguinte foi a vez do secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, e Ana Gomes, responsável pelas Relações Internacionais, receber uma delegação do Partido Comunista Chinês, presidida por Yang Jiarui.

MANDATÁRIOS DO PS

Os mandatários distritais do Partido Socialista para a campanha para o Parlamento Europeu foram apresentados pelo actor Guilherme Leite. Entre eles encontram-se simpatizantes do PS oriundos de diversos sectores de actividade, do mundo académico ao empresarial, passando pelas artes e o poder local. Os mandatários são: Mandatário nacional — Mário Soares, eurodeputado e ex-Presidente da República Mandatários distritais:

Aveiro — Paulo Nordeste. Presidente da PT. Inovação
Baixo Alentejo — Nelson Berjano. Presidente da Câmara de Barrancos
Braga — João Tinoco Faria. Advogado
Bragança — Francisco Cepeda. Professor Universitário
Castelo Branco — Maria C. Sequeira. Presidente da Câmara Vila V. Rodão
Coimbra — Rui Alarcão. Professor Universitário
Évora — João Cutileiro. Escultor
Faro — Luís Vicente Santos. Actor/Encenador
Lisboa — Nuno Severiano Teixeira. Professor Universitário
Guarda — Chaves Rosa. Engenheiro de desenvolvimento regional
Portalegre — Rui Nabeiro. Industrial
Porto — Luís Braga da Cruz. Presidente do C. Administração da Enorva
Santarém — Iva Delgado. Ensaísta e investigadora
Setúbal Paulo Caria. Presidente Associação Jovens Empresários
Viana do Castelo — Teixeira de Azevedo. Professor Universitário
Viseu — João Melo — Empresário
Madeira — Luís Amado. Economista e ex-secretário de Estado da Cooperação
Açores:
São Miguel — Oliveira Melo. Empresário
Santa Maria — João Braga — Jornalista
Terceira — António Maia. Director da Caixa Económica de Angra
Faial — Ruben Rodrigues. Professor
Pico — Manuel Costa. Professor
S. Jorge — Fátima Silveira
Graciosa — Mercês Coelho. Conservadora notarial
Flores — António Azevedo. Presidente da Associação Agrícola das Flores
Corvo — José Fraga. Presidente da Associação Agrícola do Corvo

ANTÓNIO COSTA

GOVERNO MERECE CENSURA DO POVO PORTUGUÊS

O facto de as eleições europeias se realizarem a meio do mandato do Governo de Durão Barroso "permite uma avaliação das políticas que têm sido seguidas e a possibilidade de se dirigir um sinal claro de desaprovação", pois criaram uma situação de recessão e desemprego galopante que merecem uma censura do povo português", afirmou António Costa, número dois na lista de candidatos do PS ao Parlamento Europeu, durante acções de campanha realizadas na Madeira.

António Costa, que teve uma quinzena de campanha intensa, pediu também aos madeirenses que votassem no Partido Socialista, de forma a que a região pudesse ter dois representantes seus no Parlamento Europeu. Segundo afirmou, a eleição do candidato madeirense do PSD já está garantida, sendo agora importante eleger o segundo deputado pelo região, que é o socialista Emanuel Jardim Fernandes, em 12º na lista do PS.

Costa contestou também a utilidade dos votos na "coligação artificial PSD/PP, uma vez que os deputados eleitos vão sentar-se em grupos diferentes no Parlamento Europeu.

Também Emanuel Jardim Fernandes sublinhou a oportunidade que a Madeira tem agora de aumentar a sua representatividade em Bruxelas. Jardim Fernandes não poupou o Governo da República, acusando-o de fazer divergir a Madeira e Portugal da Europa e que, por isso, "deve ser penalizado pela sua acção".

Jardim Fernandes acusou ainda Alberto João Jardim de, à semelhança do que a



coligação de direita está a fazer no continente, estar a pactuar com a abstenção ao "virar as costas à União Europeia" e com isso incentivar os madeirenses a não votarem no próximo 13 de Junho.

Para o candidato ao Parlamento Europeu e ex-líder do PS/Madeira, a "ameaça" lançada pelo presidente do Governo Regional de não continuar na UE em 2008 constitui uma "irresponsabilidade e falta de seriedade e ética".

Estas declarações inserem-se "na política de chantagem que veio sendo esgrimida no relacionamento da Região com o Estado, no plano nacional".

A caravana socialista efectuou contactos com a população no mercado dos Lavradores no Funchal e visitou Câmara de Lobos e Machico. O programa terminou com um jantar de militantes, no Funchal.

Estratégia da desvalorização

António Costa esteve também em Vila

Real, onde foi apresentar, perante centenas de militantes e simpatizantes, o manifesto eleitoral do partido Socialista, onde acusou o Governo de pretender desvalorizar as eleições europeias.

"A coligação tem como estratégia fingir que não há eleições no sentido de desvalorizarem a derrota que podem ter", afirmou.

Costa considerou que estas eleições são uma oportunidade para todos mostrarem "o descontentamento contra o estado de desencanto em que se encontra o país" e fez um veemente apelo ao voto no Partido Socialista, para que em Portugal se possa iniciar um novo ciclo.

A comissão de honra do PS no distrito de Vila Real é composta por 102 personalidades, metade das quais independentes.

Entre outras iniciativas de campanha em que António Costa participou, destaque para as que se realizarem em Viana do Castelo, Guarda, Évora, Portalegre, Sintra, Amadora e Lisboa.

ANA GOMES

EUROPEUS TÊM DE SABER O QUE QUEREM DA UNIÃO

"Mais importante do que saber como pretendem os americanos ver a Europa nos próximos anos, é os europeus saberem o que querem da Europa e como concebem o seu papel no mundo", afirmou a candidata socialista ao Parlamento Europeu Ana Gomes, durante um seminário que ser realizou no Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, em que participou também Deus Pinheiro, cabeça de lista da coligação de direita.

A intervenção de Ana Gomes centrou-se nas relações entre a União Europeia e os Estados Unidos, tendo como pano de fundo todos os conturbados acontecimentos internacionais que marcam a actual conjuntura, com particular destaque para a guerra no Iraque, o conflito israelo-árabe e o terrorismo.

A responsável pelas relações internacionais do PS afirma que os Estados Unidos, por vezes, precisam de ser contrariados, "não pelo prazer de contrariar", mas sim "pelo exercício de uma verdadeira relação de lealdade aliada, o que por vezes implica

a crítica e resistência firme".

Na sua opinião, "a crise no Iraque demonstra que a Europa tinha muito boas razões para contrariar, criticar e resistir aos Estados Unidos".

Para Ana Gomes, quanto mais se prolonga a operação Iraque, mais força adquire tudo o que separa os Estados Unidos da Europa, "tanto nas visões do mundo, como na percepção que cada um tem do outro", designadamente no que respeita a conceitos e métodos de exportação de democracia e direitos humanos, reconfiguração do Médio Oriente, luta contra o terrorismo, na perspectiva de uma Europa política e militarmente forte, na necessidade de reforma das Nações Unidas.

A candidata ao Parlamento Europeu afirma que com Bush e Sharon à frente dos destinos dos respectivos países, o mundo só viu agravar-se a espiral de violência e destruição no Médio Oriente. "E a União Europeia, apesar de consciente de que o Médio Oriente é o seu backyard e de que

ai radica o cancro de toda a conflitualidade que alimenta terrorismos vários por esse mundo fora, continua a conformar-se em não ter protagonismo, nem iniciativa, na solução do impasse, sem sequer fazer parte do problema".

Ana Gomes em comício do PSF

No passado dia 9 de Maio, Ana Gomes participou, em Paris, a convite do primeiro secretário do PSF, François Hollande, no comício dos socialistas franceses, onde defendeu uma aposta decidida nos objectivos da Estratégia de Lisboa. "Estamos fartos de uma Europa liberal. Queremos uma Europa solidária, do emprego, do crescimento. Queremos a Europa da Estratégia de Lisboa", disse. Ao longo das duas últimas semanas, Ana Gomes participou em inúmeras iniciativas por todo o país, designadamente em Sintra, Moura, Torres Vedras, Setúbal, Coimbra e Fafe.

MANIFESTO ELEITORAL

DEZ COMPROMISSOS PELA EUROPA E PELOS PORTUGUESES

Tendo como parte integrante da sua identidade política a forte convicção europeia, o Partido Socialista apresentou no Dia da Europa, 9 de Maio, o seu manifesto eleitoral, que contém dez compromissos pela Europa e pelos portugueses.

"Queremos uma Europa mais integrada politicamente e mais coesa económica e socialmente, mais interveniente unida e com capacidade de acção na cena internacional. Queremos um Portugal mais europeu". É neste tom de querer mais e melhor Europa, que o manifesto assenta as suas pretensões em relação à construção europeia.

"A Europa social, a qualificação e o emprego" é um dos aspectos fundamentais da visão que os socialistas têm para a Europa, não aceitando que haja uma separação do crescimento económico do emprego. A aposta na qualificação dos europeus e o reforço e garantia dos sistemas de protecção social, o combate pela erradicação da pobreza, bem como das metas da Estratégia de Lisboa, são objectivos do PS, na Europa ou em Portugal. "Por uma Europa competitiva do conhecimento e da inovação", é o segundo compromisso. "A Estratégia de Lisboa — afirma o manifesto — é uma marca do europeísmo do PS. Ela representa a aposta

numa Europa competitiva e solidária, capaz de mobilizar os seus recursos humanos e a economia para um projecto sustentado no conhecimento e na inovação, gerador de mais emprego, coesão e solidariedade social".

O PS manifesta-se "a favor de políticas preventivas, não de guerras preventivas". Assim caracteriza o compromisso de defender uma Europa de paz num mundo mais justo e livre", dotada de uma estrutura de defesa e de segurança próprias. "Queremos um reforço do multilateralismo e das suas instituições, em especial as do sistema das Nações Unidas, potenciando o papel crescente da União nos fóruns internacionais", afirma-se.

"Por uma Europa de liberdade, segurança e justiça", é o outro compromisso. Os socialistas têm como princípio que as sociedades europeias têm de ser tolerantes e multiculturais, a par da adopção de políticas que combatam com firmeza a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos.

A Europa tem também de ser "a das mulheres e dos homens, que conta de igual forma com todos, que reconhece e promove de igual forma os seus direitos. Entre os desafios no âmbito da promoção de igualdade de oportunidades destaca que para o combate ao desemprego feminino,



o aumento das estruturas de acolhimento para crianças, a conciliação da vida profissional com a doméstica, o combate à violência doméstica e às diferenças salariais que auferem homens e mulheres. Os socialistas defendem uma Europa que saiba promover a coesão económica, social e territorial e que avance com uma profunda reforma da Política Agrícola Comum.

O apoio ao desenvolvimento das regiões ultraperiféricas não foi esquecido. "O Partido Socialista defende a continuidade e o aperfeiçoamento da acção comunitária em prol das regiões ultraperiféricas",

tendo em conta as suas especificidades geográficas e dificuldades naturais de desenvolvimento.

"Por uma Europa do desenvolvimento sustentável" é outro dos compromissos, considerando-se absolutamente necessário assegurar uma maior articulação entre as políticas de ambiente e investigação, e dotar a Agência Europeia do Ambiente de uma maior capacidade de intervenção.

O PS considera "uma prioridade" a

adopção do projecto de Constituição da União Europeia, na medida em que ele constitui "um passo a dar" em nome dos europeus, ao seu serviço e dos seus direitos. "A futura Constituição europeia dá um contributo essencial à democratização do projecto europeu, não só através de uma maior transparência e controlo das suas instituições, mas também da inclusão da Carta dos Direitos Fundamentais com força vinculativa e do esforço de simplificação dos Tratados existentes", afirma o manifesto, que defende "um Parlamento Europeu mais forte".

Finalmente, o PS defende "um Portugal mais europeu", cuja justificação é tanto maior quanto o Governo PSD/PP atirou o país para uma trajectória de divergência na economia, no emprego, na protecção social, no investimento público, na educação, na ciência.

"Os portugueses querem ser europeus a sério, tanto na Europa como, em primeiro lugar, no seu próprio país", afirma o manifesto do Partido Socialista para as eleições europeias.

PP

SOUSA FRANCO

SEM DIMENSÃO POLÍTICA
A EUROPA SERÁ MAIS FRACA

"Sem dimensão política, a Europa será mais fraca", afirmou o cabeça de lista do PS, Sousa Franco, na intervenção que faz na apresentação do manifesto e dos mandatários distritais, sustentando que o Tratado constitucional é também um instrumento imprescindível para aprofundar as diversidades de que a União se constitui. A cerimónia contou com as intervenções do secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, do ex-ministro Nuno Severiano Teixeira, mandatário por Lisboa, e com a apresentação do actor Guilherme Leite e o espectáculo musical de Maria João e Mário Laginha. Para Sousa Franco, a União tem de deixar de ser um anão político, mas para que isso aconteça terá de ser adoptado o Tratado Constitucional, que lhe permitirá ser mais coesa e eficaz na sua acção.

"Temos de ser ambiciosos para a Europa e para Portugal", afirmou, considerando que essa ambição passa pela implementação de políticas que permitam atingir as metas estabelecidas na Estratégia de Lisboa, concebida durante a presidência portuguesa da União Europeia, quando António Guterres era primeiro-ministro. Uma das metas mais importantes da Estratégia é precisamente alcançar o pleno emprego. Neste contexto, Sousa Franco lembrou que, entre 1995 e 2002, os governos do PS criaram 600.000 novos postos



de trabalho, enquanto que o PSD, só em dois anos, já destruiu meio milhão de empregos.

É preciso um regresso ao investimento público e uma aposta decidida na qualificação e na inovação para que Portugal seja socialmente mais justo e desenvolvido e nos possamos aproximar dos modelos e valores da Europa. "Apostamos na qualidade do serviço público nacional e europeu e não na sua destruição, como agora acontece em Portugal e noutros Estados-membros", sublinhou.

Sousa Franco não poupou a coligação de direita, acusando-a de não ter "uma única ideia sobre a Europa" e reafirmando que os socialistas têm um compromisso com os valores, tanto mais importantes quanto nos próximos anos a União Europeia está

confrontada com vários desafios, o principal deles o sucesso do alargamento. Relembrando as dificuldades destas eleições e as tentativas de desvalorização que têm sido feitas por parte dos partidos da coligação, afirmou que temos de ser todos a lutar para que os portugueses sejam bem esclarecidos sobre a importância de votar em 13 de Junho e da esperança que nesse dia pode nascer.

História do PS confunde-se com a do Portugal europeu

Outro dos intervenientes foi o mandatário por Lisboa, o ex-ministro Nuno Severiano Teixeira, que considerou que o actual desafio que a Europa enfrenta, mais do que financeiro, é político. "Para uma nova Europa precisamos de um novo Portugal, com sentido de Estado e com uma visão portuguesa da construção europeia", afirmou.

Nuno Severiano Teixeira lembrou também que a história do Portugal europeu se confunde com a história do PS. "O PS teve visões de futuro quando as forças de outros partidos puxavam o país para Leste ou para fora", afirmou. O mandatário distrital não deixou também de elogiar o professor Sousa Franco, referindo-se a ele como "o pai do euro".

FERRO RODRIGUES

A DIREITA E A ABSTENÇÃO SÃO
DUAS FACES DA MESMA MOEDA

"O grande inimigo do PS é a abstenção. O nosso único adversário é a coligação. Esta está aliada ao nosso inimigo e tenta desvalorizar as eleições. São as duas faces de uma mesma moeda que temos de saber combater em conjunto", afirmou Ferro Rodrigues na apresentação do manifesto do PS às eleições europeias, numa cerimónia que decorreu em Lisboa e em que foram também apresentados os mandatários distritais.

Um dos grandes alertas deixado pelo secretário-geral foi contra a abstenção, já que se nota uma tentativa deliberada por parte dos partidos da coligação de desvalorizarem as eleições de dia 13 de Junho. A justificar esta argumentação Ferro Rodrigues referiu o facto do PS ter apresentado uma proposta para que as urnas ficassem abertas até às 22 horas, prolongando assim por mais três horas a possibilidade de os portugueses irem votar, o que foi recusado pelos partidos da coligação.

A intervenção de Ferro Rodrigues assentou essencialmente na dicotomia entre aquilo que significa o voto no PS no dia 13 de Junho, que será o início num novo ciclo que venha devolver a esperança aos portugueses, e a opção numa coligação que tem arrastado o país para uma das maiores crises sociais desde o 25 de Abril.

"Quem quiser pôr em causa o modelo social europeu, então vota na direita. Mas quem não gosta de ser enganado e quer dar prioridade ao emprego, ao conhecimento e à inclusão social, então vota no Partido Socialista", afirmou. A escolhas são entre a direita que deixou o país com o maior desemprego desde o 25 de Abril, que lançou a economia para a recessão e agora se apresenta às eleições numa coligação em que não existe nada em comum, e o Partido Socialista, que quer devolver aos portugueses a esperança num país mais desenvolvido, justo e solidário.

"Quem quiser uma democracia com verdade e rigor deve votar no PS; mas quem preferir a mentira e a manipulação deve votar no PSD/PP", disse Ferro Rodrigues, que voltou a criticar Durão Barroso por ter posto os Açores ao serviço da guerra no Iraque, assim demonstrando o "seu acéfalo alinhamento com a Administração Bush".

Como afirmou, "muita coisa está em causa no dia 13", pelo que os portugueses e os socialistas não podem deixar-se ir atrás das sondagens, julgando que a vitória está antecipadamente conquistada.

As próximas eleições de 13 de Junho são o dia em que os portugueses poderão "ajustar contas com a coligação de direita", reforçou.

CAPOULAS SANTOS

AJUDAS AOS AGRICULTORES
TÊM DE SER MAIS JUSTAS
E RACIONAIS

"A política agrícola é defendida em Bruxelas e é lá que se defendem os nossos interesses. É preciso que a distribuição das ajudas seja mais justa e racional", afirmou o candidato ao Parlamento Europeu, Capoulas Santos, durante uma visita ao Algarve, onde se reuniu com representantes de várias associações do sector agrícola, designadamente do florestal, dos industriais de cortiça e inter-profissionais.

Capoulas Santos, que teve uma quinzena bastante intensa com deslocações a diversas partes do país, garantiu que a defesa dos interesses da agricultura e dos agricultores portugueses, numa perspectiva de maior justiça, será a sua missão se for eleito para o Parlamento Europeu.

"Vou defender uma política que impeça que 90 por cento das ajudas que chegam de Bruxelas sejam entregues a 1 por cento dos agricultores portugueses, como agora acontece. As ajudas têm de ser distribuídas de modo mais racional", afirmou.

Capoulas Santos lembrou que foram as políticas dos governos do PSD/PP em 18 anos entre 1978 e 1995, que criaram aquelas injustiças, aliando-se aos países mais ricos com interesses agrícolas que não têm nada a ver com os nossos. O pior, é que o PSD continua aliado aos mesmos interesses, sem que daí decorra qualquer benefício para Portugal.

O presidente da Federação do PS/Algarve, Miguel Freitas, denunciou a falta de ajudas que os agricultores algarvios têm tido, bem como as atitudes "irresponsáveis" do Governo, patente no encerramento do Centro Tecnológico de Citricultura.

Entre outras iniciativas de campanha de Capoulas Santos, destaque para uma visita ao distrito de Aveiro, um colóquio em Queluz e a presença, em Viseu, no passado dia 17, no "Dia da Agricultura".

CANDIDATOS ACTIVOS
POR TODO O PAÍS

Francisco Assis, Fausto Correia e Elisa Ferreira participaram em inúmeras iniciativas ao longo dos últimos dias.

Francisco Assis esteve em Viana do Castelo, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez e noutros pontos da região norte. No dia anterior, o candidato passou o dia em acções de campanha em Fafe. Assis esteve também em iniciativas que se realizaram no Algarve.

Quem também esteve muito activo foi Fausto Correia, que participou em diversas iniciativas, sobretudo no distrito de Coimbra, mas também em Ansião. No próximo dia 18, Fausto Correia participa na Universidade de Évora num debate sobre o Estado nas sociedades modernas.

Elisa Ferreira, participou em iniciativas em vários pontos do país, falando sobretudo dos fundos estruturais e do ordenamento do território. Destaque para a campanha que fez no Minho, no distrito de Aveiro e no Barreiro.

MESAS DE VOTO

ALARGAMENTO DO HORÁRIO DA
VOTAÇÃO RECUSADO PELA MAIORIA

A maioria parlamentar de direita recusou o agendamento de um projecto do PS para prolongar o horário de funcionamento das mesas de voto das 19 para as 22 horas, nas eleições para o Parlamento Europeu.

Para o líder do GP/PS, António José Seguro, ao apresentar este projecto de lei, "o PS pretendeu dar um contributo para o combate à abstenção". "Nas últimas semanas, procuramos um consenso com as outras forças políticas, mas, perante a ausência de qualquer resposta, o PS avançou com a sua própria iniciativa legislativa, que apenas foi recusada pela maioria PSD/CDS", referiu.

Na exposição de motivos do projecto de lei do PS explicava-se que "o encerramento das assembleias de voto às 19 horas tem-se revelado desajustado, potenciando um aumento da abstenção que não traduz uma vontade real dos eleitores, mas antes uma impossibilidade objectiva de cumprir o seu dever de cidadania".

Neste contexto, os socialistas salientavam que "a abstenção tem-se revelado mais acentuada nas eleições europeias, defendendo, por essa razão, que o horário da votação para as eleições para o Parlamento Europeu fosse alargado "de modo a permitir a admissão de eleitores na assembleia de voto até às 22 horas".

SOUSA FRANCO NOS AÇORES

DIREITA AINDA NÃO APRESENTOU
UMA ÚNICA IDEIA SOBRE A EUROPA

A coligação de direita foi desafiada por Sousa Franco a apresentar o seu programa ou um manifesto eleitoral para as eleições. O cabeça de lista do PS tem vindo a acusar a coligação de direita de não apresentar uma única ideia para o debate europeu e agora, durante uma visita de dois dias aos Açores, durante a qual esteve sempre acompanhado pelo eurodeputado e candidato Paulo Casaca, reforçou este desafio, pedindo para que seja revelado o programa "nem que seja depois do acto eleitoral".

Também a natureza da coligação foi criticada, já que o PSD e o PP são dois partidos que não têm nada em comum em matéria europeia, sendo que o partido liderado por Paulo Portas "é assumidamente anti-europeísta". Para Sousa Franco, "esta aliança enfraquece Portugal".

Sousa Franco aproveitou para fazer também a comparação entre a consistência das contas públicas dos Açores e a situação a nível central, onde o Governo de Durão Barroso procedeu a "medidas de cosmética do défice" que estão a penalizar o desenvolvimento do país.

O cabeça de lista considerou que o Governo Regional dos Açores, liderado por Carlos



César, é um bom exemplo de uma política de rigor orçamental e de disciplina financeira, demonstrando que é com incentivos ao emprego e ao crescimento que se pode reduzir o défice, disse o cabeça de lista do PS. Segundo Sousa Franco, que manteve contactos com diversas forças do arquipélago, a Região Autónoma dos Açores está a viver uma fase de progresso muito positiva, visível na situação de quase pleno emprego e na situação de défice zero, o que se conseguiu através de uma política de crescimento e investimentos criteriosos.

Fazendo referência aos desafios que se

colocam ao arquipélago, Sousa Franco considerou importante a implementação de políticas agrícolas e agro-industriais que signifiquem uma maior diversificação e criação de valor, de forma, entre outras coisas, a reduzir a dependência relativamente à produção de carne e de leite.

Esta questão foi particularmente abordada durante uma visita à Sinaga, durante a qual Sousa Franco se comprometeu "a fazer o possível junto da Comissão Europeia e dos seus serviços para que a empresa não seja impedida de produzir".

Quanto às próximas perspectivas financeiras da União Europeia, o cabeça de lista do PS considera que os Açores devem continuar a receber apoios do orçamento comunitário tendo em conta as suas características de ultraperiferia, consagradas nos Tratados como regiões que beneficiam de apoios especiais devido às suas limitações de natureza geográfica. Sousa Franco reuniu com o presidente do Governo Regional, no Palácio de Santana e esteve presente na abertura do gabinete do eurodeputado Paulo Casaca, no Centro Comercial Sol-Mar, em Ponta Delgada.

EDITE ESTRELA

CIDADES PRECISAM DE MELHORES ESPAÇOS
PARA AS MULHERES E AS FAMÍLIAS

Uma nova política para as cidades, que as torne mais funcionais e aptas para serem vividas pelas famílias e pelas mulheres, tem sido um dos temas da campanha de Edite Estrela, que na última quinzena participou em várias iniciativas, tanto na região de Lisboa como noutros pontos do país.

Em Viseu, Edite Estrela sublinhou a importância das cidades serem repensadas em função dos tempos de trabalho e da família, criando espaços de lazer e com maior mobilidade, de forma a que sejam melhor aproveitadas tanto para funções profissionais como de lazer.

"As cidades nórdicas, como Copenhaga, por exemplo, têm uma organização do espaço mais coerente e funcional", afirmou. A falta de mobilidade nas cidades e as dificuldades de conjugação entre a vida familiar e a profissional são alguns dos factores que prejudicam as famílias e as mulheres no que respeita à igualdade de oportunidades, precisamente um dos princípios fundamentais na estruturação das políticas europeias.

Por outro lado, o alargamento e as perspectivas financeiras para o período de 2006-2013 tem sido outro dos temas abordados por Edite Estrela. Com efeito, a

adesão de dez novos membros vai alterar a distribuição dos montantes dos Fundos Estruturais e de Coesão no próximo QCA, sendo Portugal, segundo vários estudos, um dos países mais afectados. Daí, afirma, a necessidade de Portugal ter um Bruxelas uma presença forte e com grande capacidade negocial.

Entre as iniciativas em que Edite estrela participou, destaque também para as que se realizaram em diversas freguesias do concelho de Sintra, Lisboa, Pombal e Figueira da Foz. Em Mangualde, a candidata participou num debate com o tema "A Europa, o nosso espaço comum".

SÉRGIO SOUSA PINTO

FIGURAS DE RELEVO APRESENTAM
"DIÁLOGO DE GERAÇÕES"

Depois da apresentação em Lisboa do livro "Diálogo de Gerações", Sérgio Sousa Pinto tem corrido o país para o discutir com outros públicos. O livro tem sido apresentado sempre por figuras de relevo que, com a sua análise crítica, dão uma ajuda ao debate, que tem sido intenso.

As próximas apresentações estão marcadas para a Feira do Livro de Lisboa, no dia 23, em conjunto com Mário

Soares, e para dia 28, em Évora. Em Évora, a apresentação do livro está a cargo do cantor Vitorino e do jornalista Perez Metelo. Está também prevista a sua apresentação, mas com data ainda por marcar, no Funchal, Faro e Braga.

No Porto, o livro foi apresentado por Manuel Alegre, Miguel Veiga e Pedro Abrunhosa, em Coimbra por Rocha Andrade e Maria José Leitão, e em Setúbal por Cáceres Monteiro e Mega Ferreira.

"Diálogo de Gerações" é o título do livro da autoria de Mário Soares e Sérgio Sousa Pinto, em forma de entrevista mútua e cheio de provocações de parte a parte, o que torna mais aliciante a sua leitura. Entre os temas abordados destaca para a Europa, o socialismo e o mundo num contexto de globalização. No dia 20, o actual eurodeputado e candidato participará num debate na Universidade do Minho.

COLOCAÇÃO DE PROFESSORES

TRAPALHADA E CONFUSÃO NUNCA VISTAS

O PS responsabilizou o Governo pelo "caos total" do sistema educativo nacional a propósito dos problemas surgidos no processo de colocação de professores.

De acordo com várias organizações representativas dos educadores e professores do ensino básico e secundário, milhares de professores ficaram excluídos dos concursos e erradamente ordenados nas listas apresentadas pelo Ministério da Educação, devido a uma falha informática.

O ministro da Educação já reconheceu estes erros e prometeu uma nova lista com prazos alargados ainda em Maio, sem adiantar o número de professores que ficaram de fora da primeira lista. Perante esta situação, os socialistas entendem que este problema "não pode nem deve ser entendido como o resultado de um mero erro informático" e em nota de Imprensa subscrita pelo deputado Luís Fagundes Duarte exige uma resposta

adequada e célere.

Para os socialistas, o Governo respondeu "à tão propalada vontade reformista com uma total incapacidade de execução das políticas que propôs". Recusando-se a "pactuar com tanto desacerção", a deputada do PS Ana Benavente fez uma intervenção, na Assembleia da República, no passado dia 6 de Maio, em que lamentou "o espectáculo triste" que o Governo está a dar ao país e alertou para a necessidade urgente de "arrear o caminho".

"Um caos, uma vergonha, uma trapalhada, uma confusão nunca vista, eis o que todos ouvimos a propósito do concurso nacional para a colocação de professores do ensino básico e secundário", disse, apontando para as consequências dos erros da tutela que têm gerado "ansiedade e revolta" em milhares de professores e "perturbado o trabalho exigente de que a qualidade educativa precisa".

Face a este quadro negro na educação,



Os erros no concurso nacional de professores do básico e secundário instalaram o caos

a parlamentar socialista reafirmou três exigências socialistas para a maioria de direita.

"Primeiro, a apresentação de políticas claras e consistentes. Segundo, a responsabilidade e bom senso na sua concretização. Terceiro, e condição essencial, a capacidade de gestão dos procedimentos necessários à realização dessas políticas", sintetizou, acrescentando, de modo crítico, que o que até agora o ministro David Justino tem feito "é ir confortando, com discursos passadistas, quem acha que a educação já foi melhor, quando só era para alguns, e ir anunciando, ao mesmo tempo, medidas lá para 2010".

"São dezenas de milhares de professores em polvorosa por culpa do ministério", acusou, para em seguida rematar: "Um fracasso total, falta de seriedade, procedimentos que não são credíveis e, agora, correcções apressadas que não vão resolver os problemas de fundo".

MARY RODRIGUES

FERRO EM BELÉM

COM MÁIS POLÍTICAS A ECONOMIA CORRE MAL

O já gasto discurso da direita sobre a retoma económica para Portugal foi arrasado com as previsões divulgadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE). À saída de uma audiência com o Presidente da República, a quem apresentou o projecto socialista de enquadramento orçamental, Ferro Rodrigues contestou o optimismo infundado do primeiro-ministro e criticou, mais uma vez, a desastrosa política económica do Governo, sublinhando que o documento da OCDE "revê em baixa as suas próprias previsões para o crescimento económico em 2004 e revê em alta as previsões do défice público e do desemprego".

"Difícilmente as coisas podem correr bem quando as políticas são más", enfatizou. Baseando-se no relatório da OCDE, Ferro lembrou "o foguetório em S. Bento" quando a Comissão Europeia decidiu levantar o processo instaurado por défice excessivo, considerando injustificada a "espécie de festa" de Durão Barroso, para anunciar uma suposta retoma económica.

Acompanhado pelo líder parlamentar, António José Seguro, e pelo deputado João Cravinho, o secretário-geral do PS explicou a ida a Belém com a mensagem enviada ao Parlamento por Jorge Sampaio, em Janeiro passado, apelando a um consenso partidário sobre a necessidade de dar às contas públicas um carácter plurianual.

Assim, o projecto de lei do PS "corresponde às aspirações que foram dirigidas pelo Presidente da República", sublinhou Ferro, acrescentando que este foi "um passo em frente no sentido de haver mais rigor, mais transparência e mais credibilidade na elaboração do



Ao rever em baixa o crescimento português, é a própria OCDE a contrariar o discurso da retoma

Orçamento de Estado".

No essencial o diploma socialista visa o "reforço do carácter plurianual", a "sustentabilidade e avaliação" das contas públicas por uma "comissão de peritos independentes", que seria criada junto da Assembleia da República para tornar o OE "cada vez mais rigoroso".

Em concreto, o diploma socialista propõe a apresentação, até 15 de Abril, de um "pré-orçamento" vinculativo para o Orçamento de Estado, com responsabilidades plurianuais e limites ao endividamento público; a criação de uma "comissão de peritos" composta por cinco individualidades, nomeada por cinco anos, para avaliar a adequação do OE aos princípios da lei; a formação de uma "unidade de apoio técnico orçamental", com o objectivo de analisar

semestralmente a execução orçamental e impacto no orçamento de propostas legislativas; e a apresentação pelo Executivo dos encargos dos ministérios assumidos mas não pagos, superiores a 90 dias.

Entretanto, devido a um compromisso de entendimento, as propostas do PS e da maioria PSD/PP de alteração à lei de enquadramento orçamental foram aprovadas no plenário da Assembleia da República do passado dia 13.

A discussão na especialidade dos diplomas terá ainda de ser agendada, mas todos os partidos têm evidenciado interesse em adoptar um orçamento plurianual, antecipando a análise das Grandes Opções do Plano para Maio e alargando o âmbito do debate orçamental.

ENCONTROS DA LAPA

PRIVATIZAÇÕES DEVEM SER FEITAS EM CLIMA DE TRANSPARÊNCIA TOTAL

Ferro Rodrigues está preocupado "com vários outros sinais negativos" para a economia portuguesa além do programa de privatizações da direita.

À entrada de mais uma reunião com reputados economistas, no âmbito dos já conhecidos "Encontros da Lapa", o secretário-geral do PS disse que o modelo de exportações com que Governo pretendia relançar o crescimento económico se revelou um fracasso, dado que "nos primeiros meses deste ano, as exportações diminuíram face a 2003", registando-se ainda "uma enorme degradação da procura interna".

A reunião de Ferro Rodrigues com os economistas Luís Campos Cunha, Teodora Cardoso, José Silva Lopes, Manuel Pinho, Braga da Cruz Teixeira dos Santos, em que também estiveram presentes os deputados Elisa Ferreira, Joel Hasse Ferreira e António José Seguro, vem no seguimento de outras que o líder do PS tem mantido ao longo dos últimos meses para "debater a situação económica actual e apontar alternativas que o PS vai apresentar ao país em 2006, para as eleições legislativas".

Questionado pelos jornalistas sobre os sucessivos agravamentos dos preços dos combustíveis, o líder socialista defendeu que "não foi feito tudo para explicar aos portugueses o porquê desses aumentos".

"Houve um aumento no imposto dos produtos petrolíferos e o Governo não pode fingir que o que está a acontecer não aconteceu e não tem nada a ver com o aumento do imposto sobre os automobilistas", declarou.

Sobre as recentes notícias que dão conta de eventual promiscuidade entre políticos e consórcios candidatos à participação na privatização de parte da Galp Energia, Ferro declarou que estas motivaram no PS "profunda preocupação" e a exigência de que o Governo esclareça o processo.

O líder socialista lembrou que o GP/PS solicitou entretanto a presença do titular da pasta da Economia na respectiva comissão parlamentar para dissipar as dúvidas suscitadas, pelo que, esclareceu, as "perguntas concretas serão colocadas pelos deputados socialistas ao ministro Carlos Tavares".

"As notícias avançam hipóteses de promiscuidades entre o poder político e alguns dos participantes no concurso", disse o secretário-geral do PS. Refira-se que Luso-Oil (liderado pelo grupo Carlyle), Viapetro, Grupo Mello e CVC foram os quatro consórcios que apresentaram candidaturas para a compra de pelo menos 33,34 por cento do capital da Galp, uma venda que pode chegar aos 47,61 por cento se o Governo decidir também vender a posição da EDP na empresa (14,27 por cento).

Assim, "qualquer promiscuidade que possa haver entre os poderes político e económico seria absolutamente arrasadora para a credibilidade do país, do Estado democrático e da economia portuguesa", advertiu Ferro.

M.R.

PARLAMENTO ABERTO

SEGURO ANUNCIA PACOTE LEGISLATIVO DESTINADO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O PS vai apresentar um pacote de iniciativas legislativas sobre questões relacionadas com os deficientes já a partir de Setembro próximo. O anúncio foi feito pelo líder do Grupo Parlamentar, António José Seguro, no final de uma visita dos deputados socialistas, na passada segunda-feira, 17 de Maio, a Coimbra, subordinada ao tema das "Deficiências, Doenças Crónicas e Reabilitação", e inserida na iniciativa Parlamento Aberto.

Da comitiva socialista fizeram parte o líder da bancada parlamentar, António José Seguro, e os deputados Luísa Portugal, Victor Baptista, Fausto Correia e João Rui de Almeida.

António José Seguro sublinhou que este "é um assunto que deve ter mais prioridade na agenda política, pois há necessidade de remover obstáculos aos cidadãos deficientes", acrescentando que uma das preocupações transmitidas pelas associações aos deputados foi a de que "os pais dos deficientes vivem atormentados por não saberem o que vai acontecer aos filhos quando morrerem".

A iniciativa começou com uma visita ao Núcleo Regional do Centro da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, uma instituição sem fins lucrativos, com quase 30 anos de existência e que tem 130 deficientes em actividades ocupacionais. "Mas muitos mais estão em casa", reclama a associação, afirmando que não há dados



que indiquem quantos deficientes se encontram nesta situação. Aliás, o líder do grupo parlamentar socialista deu nota deste facto: "Fala-se muito em listas de espera na saúde, mas também as há nesta área, não se sabendo ao certo quantas famílias portuguesas vivem com este drama".

Já no Centro Rainha Santa, a comitiva socialista encontrou-se com várias associações do distrito, disponibilizando-se para, no Parlamento, ser seu interlocutor,

tendo ouvido algumas das principais dificuldades que estas organizações atravessam, como a obtenção de professores destacados pelo Ministério da Educação, o agravamento financeiro pelo tempo que os fundos demoram a chegar, a desarticulação entre os vários ministérios que cria problemas aos deficientes, sobretudo entre os ministérios da Educação e da Segurança Social ou a urgência na criação de mais residências.

António José Seguro disse ainda estar preocupado com o facto de não haver legislação para os deficientes que estudam no ensino superior, referindo que "é importante que estes estejam em igualdade de oportunidades com os outros para poderem progredir na sua vida académica e profissional". No final da visita, a comitiva encontrou-se com dirigentes e autarcas do PS da Federação de Coimbra.

Retidas verbas comunitárias para o Alentejo

Entretanto, no passado dia 10 de Maio, o

líder do Grupo Parlamentar do PS, António José Seguro, acusou o Governo de reter fundos comunitários atribuídos ao Alentejo, adiantando que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR) vai "amputar" à região "oito milhões de euros" do Fundo Social Europeu, afectos ao Programa FORAL, para a formação dos quadros das autarquias locais.

"Hoje, 10 de Maio, ficámos a saber que a unidade de gestão da CCDR reuniu e que foram amputados oito milhões de euros ao programa FORAL para o Alentejo. Não sabemos se é um corte cego, que se estenda a outras regiões do País, mas já é grave acontecer no Alentejo, carenciada de apoios comunitários", frisou. Salientando que "a integração europeia tem tido benefícios, através da solidariedade dos países mais ricos", o líder da bancada socialista referiu no entanto que, "por má gestão ou insensibilidade, o Governo não está a disponibilizar fundos comunitários relativos a vários projectos de

investimento público".

António José Seguro falava no final de uma visita que o Grupo Parlamentar do PS realizou a Évora, integrada na iniciativa "Parlamento Aberto", no âmbito da qual os deputados socialistas estão a deslocar-se a vários círculos eleitorais do País.

Sob o tema "Europa", os deputados do PS António José Seguro, Maria Santos, Alberto Costa, Capoulas Santos e Luís Miranda, acompanhados pelo presidente da Câmara Municipal de Évora, José Ernesto Oliveira, fizeram uma visita guiada por várias obras na cidade, para verificar "bons e maus exemplos" na utilização de verbas da União Europeia.

Relativamente às obras visitadas em Évora, António José Seguro disse que a Câmara Municipal está a ser prejudicada pelo Governo na distribuição das verbas comunitárias.

"Num destes projectos, de requalificação urbana no centro histórico, a autarquia avançou com a totalidade da verba mas, apesar da candidatura datar de Outubro de 2002, a administração central ainda não disponibilizou a comparticipação comunitária", explicou.

Para o líder da bancada socialista, a situação demonstra que, "numa altura em que se clama por investimento público no País", o Governo "penaliza quem tem iniciativa para investir".

Os deputados visitaram ainda a barragem dos Minutos, uma infra-estrutura que só existe graças à determinação do antigo ministro da Agricultura Capoulas Santos, no quadro de uma aposta num modelo de desenvolvimento sustentável e de fixação das populações. Esta barragem permite irrigar mais de 1800 hectares de terrenos que estão agora aptos à produção agrícola.

António José Seguro revelou ainda que a bancada parlamentar socialista vai pedir explicações ao Governo sobre as questões levantadas, através de requerimentos ou em sede de comissão parlamentar.

SAÚDE

DESINVESTIMENTO GERA GRAVE SITUAÇÃO NA MATERNIDADE ALFREDO DA COSTA

Uma delegação parlamentar do PS, chefiada por António José Seguro, visitou no dia 3 de Maio a maternidade Alfredo da Costa, a maior do país, e, depois do que viu, admite chamar o ministro da Saúde ao Parlamento.

No final de uma visita de cerca de três horas, António José Seguro, que se encontrava acompanhado dos deputados Luís Carito, Afonso Candal e Luísa Portugal, afirmou estar "bastante preocupado" com a situação que encontrou naquela unidade hospitalar, desde obras paradas nas instalações degradadas e equipamentos desactualizados, até à falta de pessoal especializado nos mais variados serviços, passando por problemas de tesouraria.

Realçando a "sensibilidade e disponibilidade da administração para tentar resolver estes problemas", que derivam do "desinvestimento do Governo na área da saúde", António José Seguro acrescentou que "só a abnegação e generosidade dos profissionais que trabalham na maternidade tem evitado que a situação seja ainda pior".

A tutela, defendeu, deve dar uma "resposta positiva" às preocupações da administração, dotando a maternidade de "equipamentos modernos e recursos humanos suficientes para dar resposta às milhares de mulheres e bebés".

"Com a saúde dos portugueses não se brinca, e o que vimos reforça as nossas preocupações", disse, sublinhando que "o corte cego no investimento público traz défice social".

Face a esta realidade, António José Seguro anunciou: "Vamos questionar o Governo sobre estas situações concretas e se a resposta não nos satisfizer, ou não for dada em tempo útil, porque há também aqui um tempo para resolver estes problemas — estamos a falar da saúde das pessoas — nós, então nessa fase, passaremos a chamar o ministro da Saúde à Assembleia da República, para responder a estes problemas".

J. C. C. B.

PRODUTOS PETROLÍFEROS

GOVERNO ESCONDE AUMENTO DE IMPOSTOS

A subida constante dos preços da gasolina e do gásóleo em Portugal motivou, da parte da bancada parlamentar socialista, a apresentação, no passado dia 5, na Assembleia da República, de um voto de protesto onde também se exigiu a intervenção da autoridade da concorrência. "Ao pretender responsabilizar a evolução dos preços do petróleo pelo aumento dos combustíveis, o Executivo está a esconder o aumento do Imposto Sobre Produtos Petrolíferos (ISP) consagrado no Orçamento de Estado para 2004", lê-se no voto de protesto do grupo parlamentar socialista, que foi chum-

bado pela maioria de direita.

O PS "lamenta igualmente a falta de transparência na determinação das diversas causas justificativas do aumento dos combustíveis, designadamente o aumento da carga fiscal, o abuso da posição dominante das empresas petrolíferas".

Neste contexto, a bancada socialista reclamou "a intervenção da autoridade da concorrência para pleno esclarecimento da evolução dos preços e da evolução do mercado de combustíveis desde Janeiro" deste ano.

O PS exigiu ainda ao Governo "a avaliação

dos efeitos económicos do aumento dos preços dos combustíveis sobre a actividade económica", em particular junto do sector dos transportes.

"A evolução verificada (no preço dos combustíveis) acentua a recessão económica, afecta a transparência do mercado e reforça o peso dos impostos indirectos na estrutura do sistema fiscal", conclui o PS.

Desde o início do ano, os "sucessivos aumentos dos preços dos combustíveis atingiram já os 10 por cento relativamente ao gásóleo e sete por cento no caso da gasolina".

NEGÓCIOS DO ESTADO DEVEM SER CLAROS E TRANSPARENTES

Sobre o processo de venda de parte do capital da Galp, o acordo celebrado entre a PT e os CTT e a candidatura da empresa Net Saúde a um programa comunitário, não podem haver zonas menos claras nem sombras. Por isso, os ministros da Economia e da Saúde têm de dar explicações no Parlamento.

Em conferência de Imprensa no dia 12 de Maio, na Assembleia da República, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, António José Seguro, que se encontrava acompanhado dos deputados José Junqueiro, Afonso Candal, Joel Hasse Ferreira e Luís Miranda, desencadeou um ofensiva política no sentido do Governo esclarecer cabalmente "rumores acerca de zonas menos claras" em relação aos "negócios do Estado".

É que, lembrou, "todos os actos do Governo envolvendo o Estado e interesses privados devem obedecer a regras claras e de total transparência, de forma a garantir a isenção do Estado e salvaguardar interesses vitais da nossa economia".

"Não estão esgotados todos os passos que possam conduzir a uma clarificação desta situação", afirmou o líder da bancada do PS, admitindo no entanto requerer a criação de uma comissão de inquérito para a fiscalização daqueles "negócios". "Não estamos a fazer acusações a ninguém", salientou António José Seguro, explicando que os socialistas exigem a realização de audições com o ministro da Economia e da administração dos CTT sobre "um acordo ou acordos celebrados entre os CTT - Correios de Portugal e a PT".

O PS quer igualmente ouvir o ministro da Saúde e representantes de entidades daquele sector sobre "um protocolo assinado entre a empresa privada Net-Saúde e o Ministério da Saúde".

Os socialistas querem também uma audição com o ministro da Economia sobre "o processo de venda de parte do capital da Galp Energia".

"Instalaram-se na opinião pública zonas menos claras que precisam de ser

esclarecidas" e, por isso, "justifica-se o acompanhamento pelo Parlamento e a realização de audições parlamentares nas comissões respectivas em relação a cada um destes casos para preservar a credibilidade do Estado", argumentou António José Seguro.

"Hoje, 12 de Maio, a maioria rejeitou a vinda do ministro da Economia para prestar esclarecimentos sobre a venda de parte do capital da Galp Energia", declarou o líder da bancada socialista. "Porque é que o ministro da Economia foi impedido de vir à Assembleia da República e esteve numa estação de televisão a prestar esclarecimentos aos jornalistas?", criticou.

O PS quer saber, em relação ao processo de venda de participações da Galp Energia, "porque é que foi criado um comité de sábios, porque não existiu um



Audições parlamentares são fundamentais para preservar a credibilidade dos negócios do Estado

júri desde o início e porque é que existe um conjunto de critérios que não são conhecidos".

É que, sublinham os socialistas, "o que se está a decidir é o significativo reordenamento de um sector relevante

da economia nacional, como é o sector energético", pelo que "a Assembleia da República e a opinião pública têm de acompanhar todo o processo e tem que se conhecer antecipadamente os critérios de decisão, de forma a apurar-se se os interesses estratégicos do País estão devidamente salvaguardados".

Em relação à Net-Saúde, o PS pretende saber "porque foi celebrado um protocolo com uma empresa privada relativamente a um programa comunitário exclusivamente destinado a financiar entidades públicas".

O PS afirma que tal processo "indicia uma situação de favorecimento", visto não ter sido realizado um concurso público para avaliação, e pergunta: "Porquê uma empresa e não outra?" Quanto ao acordo dos CTT com a Portugal Telecom, o PS quer questionar o ministro da Economia sobre "quais os valores em causa" e "porque é que não houve concurso público".

J.C. CASTELO BRANCO

PEDIDAS AUDIÇÕES URGENTES SOBRE NEGÓCIOS GALP, NET-SAÚDE E CTT/PT

O Grupo Parlamentar do PS requereu no dia 12 de Maio audições urgentes, em sede de comissões parlamentares, sobre os negócios Galp, Net-Saúde e CTT/PT.

Assim, num requerimento dirigido ao presidente da Comissão parlamentar de Economia e Finanças, os deputados socialistas pedem a comparência do ministro da Economia na AR a fim de prestar esclarecimentos sobre a venda de participações sociais da Galp, nomeadamente no que respeita aos critérios de decisão e ao papel da comissão de sábios.

Num outro requerimento, os deputados do PS solicitam a presença urgente do ministro da Saúde na Comissão parlamentar de Trabalho e dos Assuntos Sociais para prestar esclarecimentos e fornecer documentação apropriada em relação a diversos processos em curso na área sob a sua tutela, nomeadamente a candidatura ao programa Saúde XXI da empresa Net-Saúde por

intermédio das Administrações Regionais de Saúde, a informatização dos hospitais SA, a informatização do INEM, a criação de um "Contact Center" no Serviço Nacional de Saúde e ainda os contratos de auditoria e consultadoria já executados, em execução ou previstos.

Os parlamentares do PS requereram também, com carácter de urgência, a audição em sede de Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações do ministro da Economia, presidente do conselho de administração dos CTT e presidente da Anacom, para que estas entidades prestem esclarecimentos sobre o acordo de cessão, pelos CTT à PT, da gestão de toda a sua infra-estrutura de comunicações para os próximos dez anos, nomeadamente quanto aos critérios que levaram à selecção da PT em detrimento de outros operadores de comunicações que existem no mercado nacional.

DURÃO TROCA VISITA DE ESTADO POR FUTEBOL

FACTOS QUE FALAM POR SI

O líder parlamentar do PS, António José Seguro, manifestou-se surpreendido com a decisão do primeiro-ministro de cancelar a visita oficial ao México para estar presente na Alemanha, na final da Liga dos Campeões, entre o FC Porto e o Mónaco.

António José Seguro lembrou "episódios ocorridos" na penúltima conferência de líderes parlamentares em

que o Governo comunicou que "era impossível Durão Barroso estar presente este mês no debate mensal, porque tinha uma visita de Estado muito importante", pelo que pretendeu marcar para 2 de Junho esse debate mensal com a presença do primeiro-ministro. Por se estar em pleno período de campanha para as eleições europeias, o PS fez valer o seu protesto. Assim, o debate mensal com a presença

do primeiro-ministro acabou por ficar agendado para o dia 26 deste mês.

"Agora sabemos que o primeiro-ministro cancelou a sua visita de Estado ao México para estar presente no dia 26, na Alemanha, na final da Liga dos Campeões, entre o FC Porto e o Mónaco. Os portugueses são muito sabedores e os factos falam por si", sublinhou o líder parlamentar do PS.

BROTAS ANUNCIA CANDIDATURA A SECRETÁRIO-GERAL

Em carta enviada no dia 30 de Março ao presidente do partido, Almeida Santos, o camarada António Brotas anuncia que está a ponderar a hipótese de apresentar a sua candidatura a secretário-geral do PS.

Na missiva, Brotas explica que o seu "projecto imediato é o de, durante seis meses, de Abril a Setembro, desenvolver uma pré-campanha durante a qual, paralelamente, procurarei discutir problemas com outros militantes com vista a elaborarmos em conjunto uma moção de estratégia a apresentar no próximo Congresso".

E afirma-se convicto de que com esta iniciativa contribuirá "para a valorização do PS e para o desenvolvimento da democracia portuguesa".

CÓDIGO LABORAL

MAIORIA DE DIREITA REGULAMENTA CONTRA OS TRABALHADORES

A maioria PSD/PP "copiou" cerca de duas dezenas das propostas socialistas de alteração à regulamentação do Código do Trabalho, acusou o deputado Artur Penedos.

Após a votação na especialidade da regulamentação do Código Laboral na Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais, no dia 11 de Maio, o deputado socialista Artur Penedos acusou a maioria de direita de se limitar a alterar a formulação do texto, o que considerou "verdadeiramente inovador, no pior dos sentidos".

"O nosso trabalho teve consequências positivas porque as propostas do PS acabaram por ser acolhidas", disse.

No entanto, o deputado socialista lamentou que o mesmo não tenha acontecido noutras propostas, nomeadamente as relacionadas com a majoração dos dias de férias, a licença de maternidade, os testes genéticos e a pluralidade de infracções.

O PSD/PP decidiu não clarificar a legislação, remetendo para os tribunais a decisão de os trabalhadores poderem, ou não, gozar em 2004 os três dias de férias suplementares como forma de compensar a sua assiduidade ao longo do ano transacto.

No entanto, a maioria aprovou uma proposta que esclarece que mais dias de férias não correspondem ao aumento do subsídio de férias.

"O que significa que tudo o que seja para beneficiar os trabalhadores é diluído no tempo, mas tudo o que seja para prejudicar é aplicado logo", concluiu o deputado.

Em relação ao aumento para cinco meses

da licença de maternidade, Artur Penedos acusou a maioria de "vender gato por lebre", pois os pais que optem por gozar os cinco meses de licença só recebem 80 por cento da retribuição em cada mês.

A proposta do PS, rejeitada pela maioria, era que aos cinco meses de licença de maternidade correspondessem cinco meses de retribuição a 100 por cento.

Por outro lado, também a proposta socialista relacionada com a pluralidade de infracções foi chumbada.

Para o deputado socialista, a "pluralidade de infracções é imoral porque a penalização é a mesma, independentemente da dimensão da empresa e do número de trabalhadores apanhados, por exemplo, a laborar em período suplementar".

O PS propunha que as infracções penalizassem a empresa pelo número de trabalhadores em situação ilegal, com a salvaguarda de que a penalização não poderia exceder os 50 por cento do número de trabalhadores.

Artur Penedos faz, assim, um balanço negativo da discussão na especialidade da regulamentação do Código de Trabalho devido ao comportamento da maioria, que "negou grande parte das propostas da oposição".

Contrato individual fragiliza direitos

Entretanto, no mesmo dia no Parlamento, o deputado socialista Artur Penedos afirmou



que o novo decreto sobre o regime do contrato individual de trabalho na Administração Pública, aprovado pela maioria, contém "um vasto conjunto de soluções extremamente gravosas, inadequadas e injustas, e que em nada

contribuirão para a melhoria da qualidade eficiência do serviço público".

"Este Governo e aqueles que o suportam quando invocam a modernidade e a necessidade de acompanhar os seus parceiros europeus, nada fazem para o

demonstrar, pelo contrário adoptam medidas que nenhum dos seus parceiros acolhe", acusou o deputado socialista, lembrando que na União Europeia nenhum outro país usa a figura do contrato individual de trabalho na Administração Pública.

Na sua intervenção, Artur Penedos frisou que "o PS repudia a utilização generalizada, cega e indiscriminada na Administração Pública do contrato individual de trabalho porque que não existem razões objectivas que justifiquem uma tal opção".

E, por maioria de razão, "repudiamos a adopção e aplicação na Administração Pública de um modelo de contrato individual de trabalho mais gravoso, mais precário e mais degradado que o aplicável aos trabalhadores do sector privado", acrescentou.

E salientou que "a possibilidade do recurso ao despedimento colectivo, a legitimação da extinção de postos de trabalho, a imposição da transferência do trabalhador sem o seu consentimento, a consagração da nulidade dos contratos de trabalho por preterição de requisitos, condições ou formalidades na contratação ou a proibição absoluta da conversão dos contratos a termo em contratos por tempo indeterminado", aspectos constantes do diploma aprovado pela maioria PSD/PP, "conferem menor protecção aos trabalhadores da Administração Pública e põem em crise direitos e garantias constitucionais protegidos".

J. C. CASTELO BRANCO

FERNANDO CABODEIRA ACUSA

ALTO MINHO IGNORADO PELO GOVERNO

Sem investimento público nem privado, o Alto Minho vive dias de desemprego e pobreza. A inacção do Governo de direita ao longo dos últimos dois anos criou uma grave crise económica e social em toda aquela região, conforme salientou o deputado Fernando Cabodeira, ao intervir no passado dia 13, na Assembleia da República, no período antes da ordem do dia.

Após dois de PSD e PP no poder, "vem forçosamente à memória de todos os minhotos o período negro do cavaquismo, altura em que a nossa região foi votada ao esquecimento", afirmou Cabodeira, garantindo que "concelho a concelho, sector a sector, não faltam provas que nos levem a concluir que o Alto Minho foi ignorado pelo poder central nestes dois anos".

O parlamentar do PS elencou de seguida alguns exemplos fulcrais de desgoverno azul/laranja, apontando para o evidente um descalabro nas verbas do PIDDAC para a região, para os atrasos injustificados da execução do Programa POLIS e para o incumprimento de numerosas promessas relativas à rede de acessos, bem como à preservação e qualidade ambientais. Na área da Saúde, Fernando Cabodeira alertou igualmente para "desnoite" deste Governo, salientando que, "o pouco que foi feito contraria aquilo que havia sido prometido".

Depois de criticar os "apoios inexistentes" à educação e formação, o deputado socialista reiterou que "as políticas de domínio social foram completamente marginalizadas", acusando o Executivo de ter esquecido todas as promessas que fez e ainda de ter tomado medidas que não tinha anunciado e que se saldaram pelo encerramento de diversos serviços públicos importantes para a preservação da qualidade de vida da população minhota.

A terminar, Fernando Cabodeira considerou que o lema desde Governo parece inspirado na música "Disfarce" da cantora brasileira Fafá de Belém. "Digo coisas que não faço. Faço coisas que não digo", lembrou, rematando que o verdadeiro perfil do Executivo é o do "disfarce de Portugal em acção".

M.R.

JORGE COELHO AFIRMA

PORTUGAL PRECISA DE REGIÕES

Jorge Coelho defendeu que o projecto de regionalização a apresentar pelo PS em 2006, prevendo apenas cinco regiões, é compatível com o desenvolvimento das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais actualmente em constituição.

Para o deputado do PS, que preconiza regiões administrativas correspondentes às zonas das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), as áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais cabem num país regionalizado, como patamar intermédio de poder entre os municípios e as regiões. Jorge Coelho, que falava num colóquio no Porto, no Governo Civil, promovido pela subcomissão parlamentar para a descentralização, frisou que "a constituição das comunidades e áreas metropolitanas não é um trabalho perdido, desde que não se fiquem pelo papel", lembrando que até agora "viram zero" em competências e em meios humanos e técnicos.

Segundo o coordenador autárquico do PS, esta lacuna repete o que sucedera com as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, constituídas há uma década, e que "de nada têm servido, exactamente porque lhes faltam meios e competências".



E lembrou, a propósito, que com esta reforma administrativa "já vamos com 22 associações de municípios, para quem dizia que com nove regiões era o fim do mundo".

Jorge Coelho sublinhou ainda que Portugal "precisa de regiões com dimensão geográfica, económica e potencial para poderem ser competitivas a nível europeu". Por sua vez, o deputado José Junqueiro alertou que se desenha "inequivocamente uma tendência para desonerar o Estado no financiamento autárquico, com inevitável sobrecarga dos cidadãos no pagamento de

serviços autárquicos e na tributação local". E defendeu que "o PS não deve aceitar recuos no esforço financeiro do Estado consagrado na actual Lei das Finanças Locais, apesar de ser uma lei malquista para alguns".

Na sua intervenção, o deputado socialista lembrou ainda que "nas propostas do Orçamento do Estado da responsabilidade do actual Governo, até ao momento, não foram inscritas quaisquer dotações como contrapartida das novas responsabilidades transferidas ou a transferir para as autarquias".

ALTERAÇÕES AO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

ESCANDALOSO ESBULHO DE DIREITOS



O novo regime do subsídio de desemprego "é um escandaloso esbulho aos direitos dos trabalhadores e um inadmissível retrocesso num aspecto fundamental da protecção social", considerou Rui Cunha, que apelou aos membros do Governo para que "deixem os trabalhadores portugueses em paz". Ao intervir no dia 12 de Maio, na Assembleia da República, na discussão de mais um diploma do Governo inserido na contra-reforma social que está a levar a cabo pela mão de Bagão Félix, o deputado e dirigente socialista evidenciou que "desde a nossa adesão às Comunidades Europeias, é a primeira vez que o País vê um Governo induzir o retrocesso social".

Entre outras malfetorias, Rui Cunha lembrou "a diminuição dos direitos dos jovens titulares do rendimento social de inserção", "o ataque feroz aos direitos fundamentais dos trabalhadores com a aprovação do Código do Trabalho", e a "redução dos rendimentos de 90 por cento dos trabalhadores doentes realizada com a redução da protecção na doença". A culminar o leque deste retrocesso assistimos agora ao "ataque aos direitos dos desempregados".

Em todos os casos, acrescentou, o ministro Bagão Félix "tentou 'vender gato por lebre'", escondendo-se atrás de "uma

retórica pseudo-moralista para atacar os mais fracos".

Defendendo que "toda e qualquer alteração ao regime jurídico do subsídio de desemprego terá que respeitar uma lógica de aprofundamento e aperfeiçoamento da protecção dos trabalhadores", Rui Cunha frisou que, "a avaliar pelo que se sabe, é o contrário o que o Governo faz".

E recordou que "quando o Governo tomou posse em Abril de 2002, o IIEFP registava a existência de 334.714 desempregados", enquanto no mês passado o mesmo Instituto "registava já 464.056 desempregados, isto é, mais 127.342 do que quando o Governo tomou posse", ao mesmo tempo que "o desemprego de longa duração aumentava 48 por cento em dois anos".

Face a este quadro, o deputado socialista sublinhou que "nada, mas mesmo nada, justifica que com um maior número de desempregados e com níveis de pobreza sem paralelo na União Europeia, o Governo queira reduzir as condições de protecção no desemprego".

Rui Cunha sustentou também que "nada justifica que num país como Portugal, que tem um dos piores sistemas de protecção social da União Europeia, se degradem as condições de concessão

do subsídio de desemprego", adiantando que "é isso o que o ministro Bagão Félix anunciou em nome do Governo".

Quanto ao abatimento parcial das indemnizações resultantes de rescisões por mútuo acordo previsto no novo regime, o deputado socialista afirmou que se trata de "um escandaloso esbulho aos direitos dos trabalhadores, para além de duvidosa legalidade, na medida em que encerra uma situação de enriquecimento sem causa justificativa do Estado", .

E é, além disso, "uma medida potenciadora da fraude, gera a injustiça e promove e a discriminação consoante o trabalhador dispensado tenha ou não a sorte de ser reintegrado no mercado de trabalho", afirmou.

Rui Cunha reafirmou que os socialistas não aceitam que o Governo "introduza uma lógica assistencialista, descaracterizando um direito constitucionalmente protegido dos trabalhadores", e exclamou: "Já chega senhores membros do Governo, deixem os trabalhadores em paz, parem de demolir o Estado Social de Direito".

Sobre o novo regime do subsídio de desemprego, o PS apresentou um voto de protesto pelas medidas anunciadas pelo Governo, que, como se esperava, foi rejeitado pela maioria.

J. C. CASTELO BRANCO

O País relativo

XV GOVERNO:
A MARCA DA MENTIRA

Este Governo está a ficar na história como um Governo em que a mentira e a manipulação de informação são tidas como instrumentos normais e aceitáveis de gestão do quotidiano político.



MARK KIRKBY

Há ideias que ficam como "a ideia" que fica de um Governo. Do cavaquismo, justa ou injustamente, ficaram as ideias do salto para o desenvolvimento - não mais nos referimos a Portugal como um país "em vias de desenvolvimento" -, do autismo autoritário e da insensibilidade social. Dos governos de António Guterres, justa ou injustamente, ficaram as ideias do progresso social, do combate à exclusão social e à pobreza, da aposta na modernidade através do apoio à

sociedade de informação, ensino, ciência e tecnologia, mas também, sobretudo relativamente aos dois anos do segundo Governo, uma ideia de incapacidade de decisão, de um certo desnoite político - limiano, alcoolemia - e de má performance das contas públicas. Ao fim de dois anos do actual Governo, há já um perfil que é, e será, a sua marca d'água: a mediocridade política - não há uma ideia mobilizadora para o país, nem há nenhum ministério que se destaque por um bom desempenho sectorial - e a MENTIRA. Este Governo está a ficar na história como um Governo em que a mentira e a manipulação de informação são tidas como instrumentos normais e aceitáveis de gestão do quotidiano político. Foi assim desde o início, com as promessas incumpridas em toda a linha, com os impostos a aumentarem e as pensões a descerem quando dias atrás se tinha prometido exactamente o contrário, para dar apenas dois exemplos. Foi o episódio do túnel do metro, em que se tentou lançar lama sobre secretário-geral do PS, quando um ministro tinha na gaveta um parecer da PGR que o isentava de qualquer responsabilidade. Foi o alinhamento na mentira global que justificou a guerra do Iraque e que persiste, ainda hoje, com a recusa do actual Governo em reconhecer a enorme fraude em que estão envolvidas as forças da GNR portuguesa. Foi a mentira sobre as listas de espera na saúde, sobre o crescimento acima da média europeia, sobre o aumento do combate à fraude fiscal. Recentemente, nos jornais, mais duas mentiras: o Governo apareceu a dizer que apoia os trabalhadores da *Bombardier* e que está empenhado na viabilização da empresa, quando, afinal, se fica a saber que já em Janeiro equacionava o seu encerramento e o congelamento de processos conducentes a possíveis encomendas; e o relatório dos Hospitais SA, apresentado como uma prova de sucesso governamental, que foi, afinal, martelado: caso determinadas despesas tivessem sido contabilizadas, como o são relativamente aos hospitais públicos e os resultados apresentados seriam piores do que os verificados nos hospitais públicos. Vale a pena ainda lembrar as 100 medidas de apoio à família que o Governo apresentou à imprensa no debate do Estado da Nação do mês passado, que, reconhecidamente, não passaram de material requentado dos governos do PS, ou de declarações de intenções difusas, das quais, como é natural, já ninguém se lembra, incluindo o próprio ministro Bagão Félix. Não há volta a dar. É um traço genético desta nova direita que manda em Portugal. Vale tudo para parecer bem. Como em Espanha sucedeu com Aznar com as trapalhadas "Prestige" e 11 de Março. Talvez o resultado deste reiterado desrespeito pelos portugueses venha a ser o mesmo que os espanhóis em boa hora aplicaram à política da mentira do Governo PP. Esperemos que sim. A começar já próximas eleições europeias.

PORTAS TEM QUE EXPLICAR USO DE HELICÓPTERO
MILITAR POR DIRIGENTES DO PP

O ministro da Defesa tem que esclarecer em que condições dirigentes do PP/Açores viajaram num helicóptero da Força Aérea Portuguesa para assistirem a um comício do seu partido nos Açores, no passado dia 30 de Abril. Esta exigência feita pela bancada socialista em requerimento entregue no Parlamento.

Segundo o deputado do PS/Açores Luís Fagundes Duarte, Paulo Portas, por ocasião da sua visita oficial à ilha do Corvo, ter-se-á feito acompanhar de dirigentes regionais do CDS-PP, que depois participaram num comício do seu partido em Angra do Heroísmo. O deputado socialista refere que, no percurso entre as ilhas Terceira e Corvo, Portas viajou acompanhado pelo líder regional do CDS-PP, Alvarino Pinheiro, tendo viajado também no regresso o presidente da Câmara Municipal do Corvo, João Greves, e o presidente da Assembleia da Municipal da mesma ilha, Inácio Pimentel.

De acordo com o PS, Alvarino Pinheiro, não sendo eleito pela

ilha do Corvo, "só se poderá ter deslocado a esta ilha, em companhia do ministro de Estado e da Defesa e em helicóptero da Força Aérea, na sua exclusiva qualidade de dirigente partidário".

No caso dos dirigentes partidários e autárquicos corvinos João Greves e Inácio Pimentel, Luís Fagundes Duarte afirma que "teriam que optar entre a cerimónia oficial no Corvo ou o comício do CDS-PP na Terceira, dado que aos sábados (caso do passado dia 30) não há ligações aéreas civis entre as duas ilhas".

"Qual a razão de Estado que justificou a deslocação destes dirigentes para a Terceira, em helicóptero da Força Aérea, onde participaram num comício partidário", questiona Luís Fagundes Duarte, perguntando por último ao ministro de Estado e da Defesa "quais as disposições legais que justificam que autoridades institucionais possam utilizar transportes militares no exercício de actividades partidárias".

JOSÉ SÓCRATES AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

"ESTE PRIMEIRO-MINISTRO É O CAMPEÃO DA SUBIDA DO DESEMPREGO"

As políticas económicas de Durão Barroso revelaram-se um "enorme fiasco" e a decisão de apoiar a intervenção militar no Iraque foi um "erro gravíssimo". As críticas são de José Sócrates que nesta entrevista ao "Acção Socialista" acusa também o Governo de errar quando menospreza as políticas de ambiente e desinveste nos serviços públicos.

Decidido a não alimentar "debates antecipados" sobre a liderança, deseja, no entanto, que o próximo Congresso "tenha substância política". Em relação às próximas eleições europeias, o ex-ministro socialista do Ambiente espera que elas se transformem "num grande referendo europeu contra a guerra" e se traduzam numa vitória para o PS.

Qual o balanço que faz destes dois anos de Governo de direita?

Esse balanço já foi feito pelo Partido Socialista. Ao longo destes dois anos houve um debate intenso com o Governo. Agora este debate mudou de natureza porque já não é um debate a dois, mas sim a três: nós, o Governo e o povo. O povo é que vai fazer o julgamento desse debate. É a este julgamento o Governo não pode fugir porque todas as eleições são sempre uma forma de avaliação. E nestes dois anos houve, fundamentalmente, duas questões políticas principais: a governação económica, onde cada vez é mais visível o grande fiasco, e a decisão de apoiar a intervenção militar no Iraque. Essa intervenção revelou-se um erro gravíssimo para o mundo, para a Europa e para Portugal. Nestas duas questões políticas o primeiro-ministro conduziu mal o país.

E concretamente, na área do ambiente, qual é a sua avaliação?

O Ministério do Ambiente revelou-se num grande buraco negro. É inacreditável como é que ao fim de dois anos um ministério dinâmico e cheio de energia se transformou num ministério paralisado, onde nada acontece, e que arrasta os pés pensosamente. Mas isso não acontece apenas por causa da incompetência e da incapacidade do ministro do Ambiente; isso acontece porque o dr. Durão Barroso decidiu não dar expressão política nem prioridade às políticas de ambiente. Ora isso é um erro gravíssimo para o nosso desenvolvimento. Um erro que vamos pagar no futuro.

Atendendo a que foi o ministro responsável pela realização em Portugal do Euro 2004, qual o seu comentário ao posicionamento ambivalente do Governo face ao evento?

O Governo aprendeu. Começou por ter as maiores dúvidas e reservas quanto ao Euro

2004, a fazer-lhe críticas muito pueris, próprias de quem não percebeu nada do que estava em causa. O Euro 2004 não é um torneio de futebol, é muito mais do que isso. É um grande acontecimento que projecta internacionalmente o nosso país. Mas, finalmente, o Governo acordou e parece estar a perceber a dimensão e a importância do significado do Euro 2004. Ainda bem que assim é. Todavia, não deixa de ser claro que com este Governo não teria havido Euro 2004, nem teriam apostado nele, nem ganho, nem se teriam interessado. Como não se interessam, aliás, por nenhuma área na política desportiva.

Nós definimos como orientação que Portugal devia ser um país capaz de realizar grandes eventos desportivos internacionais. Foi nessa altura que ganhámos a realização do campeonato do mundo de atletismo de pista coberta, do mundial de ciclismo, do mundial de esgrima, da ginnoestrada, do master de ténis, etc. Agora tudo parou, principalmente depois daquele grande falhanço da regata em que o Governo tanto se empenhou. É claro que lamento muito que tivéssemos perdido, mas que verdade é que no passado ganhámos e desta vez perdemos.

No entanto, passa a ideia que eles colhem os louros do Euro 2004 e passam para os governos do PS o odioso, nomeadamente a construção dos dez estádios.

Pois, mas a construção dos dez estádios não um odioso, é bem necessário ao país. Portugal tinha que fazer este trabalho. É também uma das críticas mais infantis que tenho visto, a ideia de que se Portugal não tivesse o Euro não tinha gasto dinheiro nos estádios. Isso é uma argumentação própria de quem é ignorante. Há muitos anos que o Estado português gasta dinheiro nos estádios. Aquelas cadeirinhas que nós vimos surgir e que foram postas no final dos anos 80 e princípios dos anos 90, eram também



pagas por dinheiro do Estado. O Estado já estava a fazer investimentos de renovação dos estádios. Acontece que, mesmo assim, os estádios em Portugal não cumpriam as leis de segurança e conforto. Tínhamos, portanto, que fazer esta modernização. Podíamos era tê-lo feito em vinte anos; assim fizemo-lo em cinco anos e com um grande retorno para a nossa economia. Ouvi recentemente responsáveis pelo Euro dizerem que é já claro, em relação ao que o Estado gastou e ao que recebeu, que estamos perante um grande sucesso económico.

Como se posiciona, relativamente ao enfraquecimento do serviço público, do sector público e da revisão do sistema de protecção social?

Uma das marcas desta governação é o desinvestimento nos serviços públicos, porque há um preconceito ideológico contra o que é público. Mas a verdade é esta: nem tudo pode ser feito com base apenas no mercado e no interesse privado. A desvalorização da esfera pública, a conotação do sector público como um fardo que temos que suportar é um erro político. O que nós temos obrigação de fazer é melhorar os serviços públicos. Infelizmente, o Governo em vez de os melhorar, com o seu discurso, contribuiu para o seu declínio. Isso é muito negativo. Por outro lado, também o abandono de uma certa política social progressiva que nós implementámos, está bem visível naquilo que são os principais indicadores quer de pobreza quer do agravamento das condições

A avaliação das políticas faz-se em função dos resultados. Para além da retórica, uma coisa o primeiro-ministro deve reconhecer: é que a sua política económica foi um desastre

dois anos do dr. Durão Barroso ainda não crescemos um único ano mais do que a Europa. O que ele tem às suas costas é isto: é o primeiro-ministro que mais trimestres passou com crescimentos inferiores à Europa. Depois, nos nossos seis anos tivemos uma redução no desemprego, este primeiro-ministro é o campeão europeu da subida do desemprego. É por isso que ele tem que responder. A avaliação das políticas faz-se em função dos resultados. Para além da retórica, uma coisa o primeiro-ministro deve reconhecer: é que a sua política económica foi um desastre.

O que espera das eleições europeias e como classifica a natureza da coligação PSD/PP?

Espero que as eleições europeias tragam uma avaliação destes dois últimos dois anos e ao mesmo tempo o reforço daquilo que é uma aposta de Portugal num projecto europeu que possa trazer uma Europa mais política e mais forte. Mas este projecto europeu também tem a ver com a guerra no Iraque. Espero que estas eleições se transformem num grande referendo europeu à guerra. Os povos europeus têm agora a oportunidade de manifestarem o seu ponto de vista relativamente a uma das questões políticas que mais limitou, enfraqueceu e dividiu a Europa. Nós queremos uma Europa autónoma e com voz própria. Não queremos uma Europa seguidista, uma Europa subalterna a quem digam o que deve fazer, isso não.

socialis nestes dois últimos anos. O Governo anterior foi o campeão das políticas sociais, o que, aliás, está bem expresso naquilo que foi o pulo que o país deu no indicador do Índice para o Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. Em seis anos fomos o país que mais cresceu. Isto representa a consagração internacional das políticas e do mérito dos governos de António Guterres que foram marcados fundamentalmente por um grande investimento na área social, o que muito honra as tradições do Partido Socialista.

Despesismo, classifica a direita...

Essa classificação não tem apenas a ver conosco. Há aqui um preconceito contra o investimento público que já se viu no que deu. Mas a verdade é que nos nossos seis anos de Governo sempre crescemos mais do que a Europa, enquanto nestes

Podemos esperar destas eleições

PEÃO EUROPEU

o início de um novo ciclo político para os socialistas em Portugal?

Estou convencido que sim. Nós vamos obter uma vitória, o que é sempre bom para começar um ciclo em que vamos ter muitas eleições. É uma boa forma de começar os últimos dois anos da legislatura.

Qual é a avaliação que faz do actual PS?

O PS passou um mau bocado, resistiu e está agora preparado para disputar eleições estando à frente em todas as sondagens. Isto não quer dizer que o PS não tenha problemas para resolver. Mas deve resolvê-los no momento indicado para isso que se chama Congresso Nacional. Espero que esse Congresso permita ao PS um momento de afirmação capaz de o projectar na sociedade portuguesa.

Como se posiciona dentro do partido, tendo em conta que deixou de integrar a direcção da bancada parlamentar mas mantém-se como membro do Secretariado Nacional?

Posiciono-me exactamente assim: membro do Secretariado Nacional.

Reconhece ou não a existência em torno de si de um grupo que deseja vê-lo na liderança do partido?

Essas matérias de liderança e de debates antecipados são negativas para o partido. Eu não alimento isso.

Como gostaria então que se

caracterizasse o próximo Congresso que se realiza no final deste ano?

Gostaria de um Congresso que, como digo, marcasse a afirmação do Partido Socialista e que nos permita encarar com optimismo os combates políticos de 2005 e 2006.

Considerando que estamos no penúltimo ano da legislatura, quais considera deverem ser as prioridades do PS para as próximas legislativas?

É cedo para falarmos nisso. Agora estamos a falar nas europeias. A definição do programa político deve ser debatido no Congresso. É por isso que espero que o Congresso tenha substância política.

Ideologicamente, como deve evoluir o socialismo democrático

O socialismo democrático para estar à altura da sua história precisa de se reinventar e de se modernizar.

no século XXI?

Deve manter-se fiel a si próprio. Ser uma corrente política que visa, em primeiro lugar, defender a democracia e a liberdade, mas que visa também um reforço da coesão social e uma valorização do valor da igualdade enquanto elemento determinante da coesão social. Julgo que do ponto de vista ideológico essa matriz continua a ser muito inspiradora. Outra coisa é o programa político. Em termos ideológicos, se há alguma coisa que podemos dizer, é que houve uma vitória da ideologia social-democrata. A compatibilização do valor da liberdade com a procura de uma maior igualdade venceu em toda a linha no século XX.

Poderão existir novas bandeiras para o socialismo democrático?

Com certeza. O socialismo democrático para estar à altura da sua história precisa de se reinventar e de se modernizar. Essa é uma das nossas tarefas. A modernização do nosso programa político. Ideologicamente, aquilo que são as nossas referências políticas e culturais, não me parece que necessitem de nada mais que não seja o de lá irmos buscar inspiração para o nosso programa.

Em acção política, não devem também ser introduzidas inovações?

Acho que sim. Há sempre um dever contínuo de melhorar e de evoluir. Mas teremos oportunidade de discutir isso no Congresso.

Pelourinho da República



«Não há obra que se queira fazer em Portugal que não levante um coro de protestos – dos ambientalistas, dos líderes de opinião, das populações.»

José António Saraiva
Expresso, 8 de Maio

«Sempre que se faz obra em Portugal, há sempre alguém que está contra. É preciso acabar com este espírito derrotista.»

Durão Barroso dois dias depois do editorial do Expresso SIC, 10 de Maio

«Se Marques Mendes entrasse [na direcção do PSD] tinham que sair dali quase todos.»

Fonte da direcção social-democrata
Expresso, 8 de Maio

«Avelino Ferreira Torres é uma pessoa com uma personalidade emotiva. Vou sentir saudades um dia que ele deixe a política.»

Luís Nobre Guedes
Público, 7 de Maio

«Aceitar o esquema da rotatividade já representava um recuo da minha parte relativamente às minhas expectativas. O timing era este. Por isso, só poderia aceitar o convite se fosse para integrar o primeiro turno e nunca o segundo.»

Anacoreta Correia sobre os convites que Portas lhe fez para o Parlamento Europeu
Expresso, 1 de Maio

«Continuarei com muito gosto como militante de base. Quanto à presença no próximo congresso do PSD, aguardo que me seja enviado o respectivo diploma.»

Valentim Loureiro
Expresso, 15 de Maio

«É natural, é provável, é possível que, nas próximas legislativas, PSD e CDS vá cada um por si.»

Santana Lopes
Expresso, 15 de Maio

«São declarações para amedrontar o CDS, o PSD que tire o cavalinho da chuva.»

Fonte próxima do líder do CDS
idem

«Olho para trás com muita alegria. Relativamente à queda da ditadura e ao processo revolucionário, fez-se o que se pôde.»

Isabel do Carmo
Expresso, 1 de Maio

«Quando falo de alimentação, também estou a fazer política.»

idem

«Viva a DGCI, viva Portugal!»

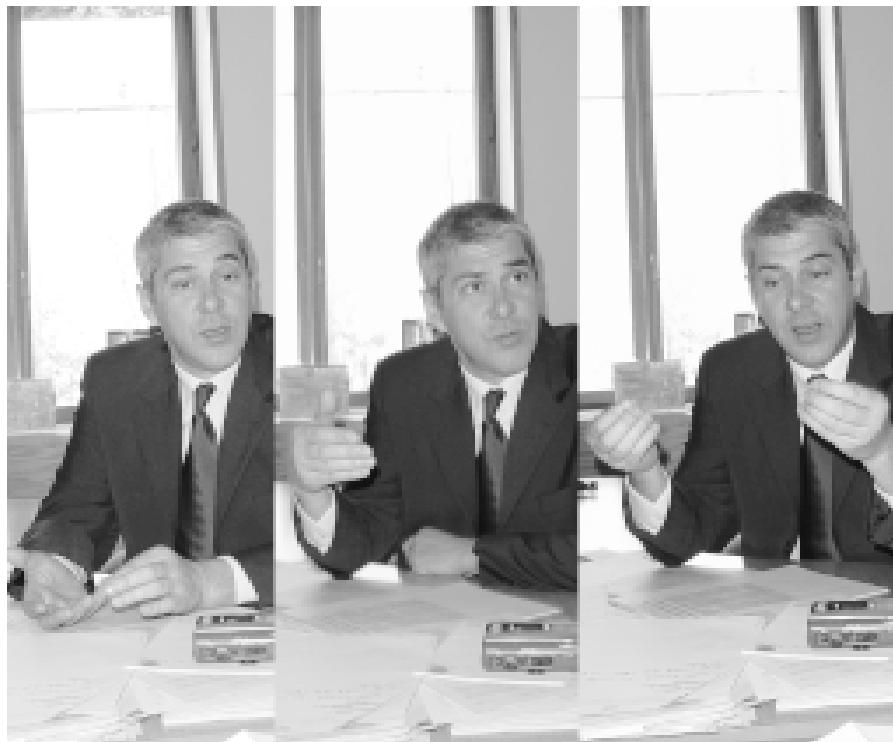
Carta de despedida de Armindo Sousa Ribeiro, Director-Geral das Contribuições e Impostos
Expresso, 1 de Maio

TENDÊNCIA SINDICAL SOCIALISTA EM CONGRESSO

A Tendência Sindical Socialista vai estar reunida em Congresso, no próximo sábado, dia 22 de Maio, na antiga FIL, na Junqueira, em Lisboa, onde serão aprovados os estatutos e uma resolução programática por cerca de 400 sindicalistas do PS da UGT e da CGTP.

O secretário-geral do partido, Ferro Rodrigues, e o cabeça de lista do PS às eleições europeias, Sousa Franco, estarão presentes, respectivamente, na abertura e encerramento dos trabalhos da reunião magna.

João Prouença, da tendência socialista da UGT, e Carlos Trindade, da corrente socialista da CGTP, destacaram ser muito importante a realização deste Congresso para a unidade de todos os sindicalistas do partido, num momento político particularmente difícil, a exigir novos paradigmas de acção sindical.





fórum europa é connosco

Europa, ruralidade e desenvolvimento

18 Maio – 21h30 – IPJ - Santarém

Luís Capoulas Santos – Candidato ao Parlamento Europeu
Vitor Coelho Barros – Investigador e ex-SE Desenvolvimento Rural
Elisete Oliveira – Técnica do Ministério da Agricultura
Idália Moniz – Candidata ao Parlamento Europeu
Rui Medinas – Engenheiro agrónomo (Moderador)

O Estado nas sociedades modernas

20 Maio – 18h30 – Associação de Estudantes da Universidade de Évora

Fausto Correia – Candidato ao Parlamento Europeu
Jorge Araújo – Professor universitário
Diogo Lacerda Machado – Advogado
Carlos Zorrinho – Professor universitário

Educação e ciência

Factores de competitividade e coesão social

22 Maio – 17h30 – Auditório da Caixa de Crédito Agrícola de Águeda

António Costa – Candidato ao Parlamento Europeu
Pedro Hespanha – Professor universitário
Paulo Nordeste – Presidente da PT - Inovação
Armando França – Candidato ao Parlamento Europeu
Ivan Silva – Jornalista (Moderador)

A Europa das regiões

24 Maio – 21h00 – Solar dos Peixotos - Viseu

Francisco Assis – Candidato ao Parlamento Europeu
António Araújo – Professor universitário
Isabel Silva – Administradora hospitalar
António Borges – Presidente da Câmara Municipal de Resende
Diogo Madeira – Director da Revista Prémio (Moderador)

A Competitividade da economia portuguesa

25 Maio – 21h30 – Reitoria da Universidade do Porto

António Costa – Candidato ao Parlamento Europeu
Rui Moreira – Presidente da Associação Comercial do Porto
Cristina Azevedo – Gestora do Eixo Prioritário II do PO Norte
Luís Braga da Cruz – Professor catedrático convidado da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
António Peres Metelo – Jornalista (moderador)

Que futuro para a Europa?

Desenvolvimento Sustentável e a Estratégia de Lisboa

27 Maio – 14h30 – Fórum Picoas - Lisboa

Ana Gomes – Candidata ao Parlamento Europeu
António Costa – Candidato ao Parlamento Europeu
Francisco Cordovil – Professor universitário
Teresa de Sousa – Jornalista (Moderador)

Com a participação de:

António Guterres – Presidente da Internacional Socialista
Margot Wallstrom – Comissária Europeia para o Ambiente

Cidades – Uma nova cultura para a Europa

31 Maio – 18h30 – Arquivo Distrital de Leiria

Edite Estrela – Candidata ao Parlamento Europeu
José Ribeiro Vieira – NERLEI
Luciano de Almeida – Presidente do Instituto Politécnico de Leiria
Amélia do Vale – Professora
Carlos Camponês – Jornalista (Moderador)

A qualificação dos portugueses

1 Junho – 21h30 – Associação Industrial do Minho - Braga

Francisco Assis – Candidato ao Parlamento Europeu
Manuel Pinho – Economista
João Formosinho – Professor da Universidade do Minho
Abílio Vilaça – Secretário-geral da Associação Comercial de Braga
Costa Guimarães – Jornalista (Moderador)

Desenvolvimento das cidades

2 Junho – 21h30 – Albergaria Laitau - Setúbal

Edite Estrela – Candidata ao Parlamento Europeu
António Fonseca Ferreira – Presidente da CCDDR-LVT
António José Almeida – Presidente da Escola Superior das Ciências Empresariais
Isabel Guerra – Professora universitária
Joel Hasse Ferreira – Candidato ao Parlamento Europeu (Moderador)

Coesão social e territorial

3 Junho – 19h00 – Casa da Cultura de Lagos

Elisa Ferreira – Candidata ao Parlamento Europeu
João Guerreiro – Professor universitário
Jámla Madeira – Candidata ao Parlamento Europeu
Adriano Pimpão – Candidato ao Parlamento Europeu e Presidente da Universidade do Algarve

O impacto dos fundos comunitários

4 Junho – 21h30 – Café-Teatro - Viana do Castelo

Elisa Ferreira – Candidata ao Parlamento Europeu
Joaquim Escalreira – Professor da Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Manuela Silva – Associação Industrial do Minho (a confirmar)
João Pedro Matos Fernandes – Engenheiro civil
Gilberto Santos – Professor universitário (Moderador)

Europa e globalização

5 Junho – 17h30 – Casa da Cultura - Coimbra

Sérgio Sousa Pinto – Candidato ao Parlamento Europeu
Joaquim Gomes Canotilho – Professor universitário (a confirmar)
José Reis – Professor universitário
Lino Vinhal – Jornalista (Moderador)



Merecemos um Portugal Melhor.

www.ps.pt

Breves

FEDERAÇÕES

A **Federação de Aveiro** promoveu, no passado dia 15, em Lourosa, a iniciativa "Grande Encontro Político", em que António José Seguro foi o orador convidado.

A actual crise económica e o aumento do desemprego no país foram os pontos focados pelo líder parlamentar do PS

O encontro contou ainda com a presença de António França, candidato do PS ao Parlamento Europeu, e com os deputados do PS eleitos pelo círculo aveirense.

"Com este Governo, o nosso país está a afastar-se, preocupantemente, dos países mais desenvolvidos da União Europeia. Esta uma das conclusões que Augusto Santos Silva retirou de uma análise cuidada que fez à governação de direita dos últimos dois anos.

Numa conferência organizada pela **Federação do PS/Vila Real**, em Vila Pouca de Aguiar, no passado dia 14, referiu-se também ao imparável crescimento do desemprego e ao "deserto de investimento público", alertando ainda "para as consequências que daí advêm para a paralisação da economia e os cortes cegos nos direitos sociais".

O **PS de Braga** pediu, no passado dia 12, em comunicado, a demissão do coordenador da Sub-Região de Saúde, Carlos Moreira, acusando-o de "colocar comissários do PSD nos centros de saúde" e de querer "destruir o Serviço Nacional de Saúde". A exigência emanou de uma reunião do Secretariado da Federação, alargada aos presidentes das concelhias do distrito, na qual foi analisada a actuação da sub-região.

O **PS-Açores** promoveu no passado dia 4 de Maio um jantar-convívio na sede da Filarmónica União Praisense, na Vila da Praia da Graciosa.

Esta festa de confraternização dos militantes e simpatizantes do PS da ilha da Graciosa contou com a presença do líder dos socialistas açorianos, Carlos César.

CONCELHIAS

O **PS do Cadaval** acusou o autarca laranja Aristides Sécio de censurar textos, a serem editados na revista municipal, ao fazer depender a sua publicação de alterações aos mesmos.

O vereador e presidente da Concelhia socialista, Mário Albino, esclareceu que "a bancada do PS elaborou um texto que veio censurado", acrescentando que "o presidente enviou [ao PS/Cadaval] uma missiva a dizer que não aceitava a expressão 'um estado de apatia geral' na actividade camarária".

O presidente da **Concelhia do PS de Ansião**, António Peres, anunciou, no passado dia 4 de Maio que vai pedir à Inspecção-Geral da Administração do Território (IGAT) uma investigação à Junta da Lagarteira (PSD) por suspeitas de irregularidades de gestão. Em causa estão matérias como a venda de baldios sem que o destino das verbas sejam conhecidos ou o facto do presidente da Junta de Freguesia de Lagarteira, Clemente dos Santos, se ter alegadamente contratado a si próprio "como motorista da Junta, recebendo por isso remuneração", acusam os socialistas.

Um ano depois da abertura das piscinas municipais das Caldas da Rainha, o PS local criticou a autarquia por este equipamento não estar ao serviço de toda a população.

"Em 15 de Maio de 2004 perfaz um ano sobre a inauguração das piscinas municipais que custaram ao erário público 3,5 milhões de euros (...), decorre um ano que deu cobertura política ao projecto de construção de um equipamento desportivo ao qual o comum do cidadão não pode aceder", denuncia o presidente da **Concelhia socialista das Caldas**,

António Galamba, em carta dirigida ao secretário de Estado do Desporto.

O **PS/Montijo** editou o segundo número do seu boletim informativo, uma publicação quinzenal onde se destaca a estratégia de desenvolvimento sustentável do concelho levada a cabo pela autarquia socialista, tendo em conta a necessidade da preservação ambiental.

Maria da Conceição Quintas foi eleita, no dia 1 de Abril, presidente da **Comissão Política Concelhia de Benavente**. Entretanto, a Concelhia realizou no dia 19 de Abril uma conferência de Imprensa, onde fez uma análise da situação do país, da região e do concelho onde está inserida, tendo apresentado projectos para o futuro.

SECÇÕES

A **Secção de Campo de Ourique** promoveu, no passado dia 10 de Maio, um debate sobre as eleições europeias, no Grémio de Instrução Liberal, que contou com a presença da deputada socialista Elisa Ferreira.

O **PS de Barcelos** acusa o PSD local de estar contra os trabalhadores e os municípios. A posição dos socialistas foi assumida após o grupo laranja ter votado contra uma moção apresentada pelo PS na reunião da Assembleia Municipal em que se fazia uma recomendação ao Governo para que este tome medidas contra o desemprego e a crise que afectam o concelho. Para os socialistas, o PSD de Barcelos está mais preocupado em esconder o mau desempenho do Executivo do que em resolver os problemas reais do concelho.

MULHERES SOCIALISTAS

O **Departamento Federativo de Mulheres**

Socialistas do Distrito do Porto levou a efeito no dia 15 um Workshop sobre Igualdade/Paridade, onde estiveram presentes como oradoras Ana Maria Braga da Cruz, Teresa Rosmaninho, Maria do Céu Cunha Rego e Lilian Alvarez, do PSEO.

Os Direitos Humanos das Mulheres, o Empreendedorismo, a Igualdade no Trabalho e na Família, e a Paridade, a experiência e a apresentação do Plano de Igualdade do PSEO foram os temas de debate que durante todo o dia marcaram o mote para discussão.

Rosalina Santos, presidente do Departamento, anunciou que esta foi a primeira de uma série a realizar. A próxima será sobre Violência - todas as formas de Violência.

GRUPO PARLAMENTAR

A maioria parlamentar de direita rejeitou, no passado dia 13, na Assembleia da República, três diplomas do **GP/PS** para a área da Saúde. Pelo caminho ficaram projectos sobre o reforço da participação das associações de doentes na definição de políticas do sector, a criação da figura do provedor da Saúde e o acesso em tempo útil aos cuidados médicos.

O **deputado socialista eleito pelo distrito de Vila Real** Ascenso Simões reclamou mais verbas para o programa Urbcom destinado ao comércio tradicional de Murça, que vai ter um investimento de apenas 45 mil euros, "menos de metade do que estava previsto". O parlamentar do PS defende "uma política de valorização da capacidade competitiva" dos agentes económicos do interior e solicita a Durão Barroso que reveja a sua posição e possa aumentar as participações para "valores próximos do prometido".

AGENDA PS

SECRETÁRIO-GERAL

19 de Maio – 13h00 – Ferro Rodrigues preside a uma reunião do Secretariado Nacional, a realizar-se no Largo do Rato.

18h30 – Ferro reúne-se com a direcção do Núcleo Empresarial da Região da Região de Santarém.

20h00 – O líder do PS visita a Chamusca.

20h30 – Ferro junta-se a simpatizantes e empresários, no Entroncamento, num jantar/conferência sobre "A Economia de Portugal e da Europa".

22 de Maio – 18h30 – O secretário-geral encerra a Conferência Nacional da Tendência Sindical Socialista, na antiga FIL, em Lisboa.

23 de Maio – 10h00 – O líder do PS visitará, junto com os candidatos socialistas ao Parlamento Europeu Edite Estrela, Capoulas Santos e Sérgio Sousa Pinto, a Feira de São Pedro de Sintra.

28 de Maio – O secretário-geral vai a Tavira com o cabeça de lista do PS às europeias, Sousa Franco, e encerra a pré-campanha na Escola Hoteleira de Faro.

29 de Maio – 11h00 – O líder do PS participa na reunião da Comissão Nacional, a realizar-se no Hotel Altis, em Lisboa.

17h30 – Ferro intervém no primeiro comício de campanha para as europeias, em Lisboa.

1 de Junho – 15h00 – O secretário-geral marcará presença numa acção de rua integrada na campanha, em Lisboa.

PRÉ-CAMPANHA PARA AS EUROPEIAS

21 de Maio – Sousa Franco participa, na Quinta da Dança, no Sobreiral, num jantar promovido pelo PS de Castelo Branco.

21 de Maio – António Costa e Ana Gomes deslocam-se a Elvas, onde participam num jantar de campanha, que terá lugar no restaurante São Alentejo.

23 de Maio – Sousa Franco e António Costa deslocam-se a Bragança para participarem em iniciativas de campanha ao longo do dia.

24 de Maio – 21h30 – Ana Gomes estará na aldeia de Pousos, na escola das Courelas, em Leiria, onde fará uma intervenção sobre temas europeus.

25 de Maio – O cabeça de lista do PS às eleições europeias vai à Madeira, em mais uma acção de campanha.

28 de Maio – António Costa e Sousa Franco visitam o distrito de Faro. Com a presença destes candidatos ao Parlamento Europeu haverá também um jantar-comício, na Escola Hoteleira de Faro.

21h30 – Elisa Ferreira visita, na Maceira, a Associação Cultural e Recreativa.

21h30 – Ana Gomes participa num colóquio-debate no Sport Operário Marinhense, na Marinha Grande.

29 de Maio – 17h00 – Comício de abertura da campanha eleitoral para as europeias, no Pavilhão de Portugal, Parque das Nações, em Lisboa.

30 de Maio – Festa do PS, em Odemira, com a presença de Sousa Franco.

30 de Maio – O cabeça de lista do PS janta na Feira da Azambuja.

FEDERAÇÕES

21 de Maio – 21h00 – A Federação do PS/Algarve, no âmbito da iniciativa "Diálogo com as gerações", promove uma conferência-debate, no auditório da Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve, no Campus da Penha, em Faro.

Para falar sobre a "sustentabilidade do modelo social europeu face à globalização" foi convidado o secretário-geral da CGTP-IN, Carvalho da Silva.

SINDICALISTAS DO PS

22 de Maio – Encontro da Tendência Sindical Socialista, nas instalações da antiga FIL, em Lisboa. Sousa Franco fará a abertura do evento, ficando cargo de Ferro Rodrigues o seu encerramento.

CONCELHIAS

22 de Maio – 15h30 – O PS de Coruche organiza a I Convenção Autárquica, no auditório José Labaredas, no Museu Municipal de Coruche.

SECÇÕES

23 de Maio – O PS do Cercal do Alentejo realiza o VII Encontro Socialista da Aldeia do Cano, com a presença dos deputados eleitos pelo círculo de Setúbal e de Ana Gomes, candidata ao Parlamento Europeu.

AUTARQUIAS

22 de Maio – Convenção Autárquica Distrital de Coimbra, a decorrer no auditório da reitoria da Universidade, com a presença de Jorge Coelho, Fausto Correia e Sousa Franco, que encerrarão os trabalhos.

TRÊS PERGUNTAS A LEONOR COUTINHO

A liberalização do mercado de arrendamento será uma "verdadeira bomba" nas cidades portuguesas, avisa Leonor Coutinho, que também não acredita na capacidade do Estado em apoiar as famílias com subsídios de renda.

Para reanimar o mercado de arrendamento, o Governo prepara-se para liberalizar as rendas antigas. Até que ponto este argumento é válido?

Dar aos proprietários de prédios com rendas antigas o poder de fixar livremente novas rendas virá esvaziar os prédios dos seus arrendatários, famílias e serviços. Será uma verdadeira bomba no centro das nossas cidades.

O subsídio, por parte do Estado, da renda das famílias mais pobres e mais idosas não impedirá que um reformado, com uma reforma razoável de 1000 euros (200 contos), veja a sua vida desmembrada

com a fixação de uma renda que corresponda a 50 por cento ou 80 por cento dos seus rendimentos.

Dezenas de milhar de fogos vagos no centro de Lisboa, como em grande parte dos centros urbanos do país, testemunham que a liberdade de arrendamento não implica que os fogos sejam de facto arrendados, quando estes estão em mau estado de conservação. Por vezes a perspectiva de venda do terreno para demolição e construção nova ou a reabilitação para venda em propriedade horizontal são economicamente mais atractivas e por isso o mercado de arrendamento não será impulsionado com a liberalização das rendas antigas.

Só a realização de obras de reabilitação deve implicar um aumento de renda brusco. E, nesse caso, a lei prevê subsídios de renda ou "plafonds" de aumento em função do rendimento das famílias.

Cidades como Guimarães ou Barcelona renovaram o seu centro mantendo os arrendatários antigos, com apoios à reabilitação e com a renovação de zonas



centrais numa progressiva revalorização do centro.

Na sua opinião qual devia ser o caminho para se impulsionar esse mercado?

A proposta de lei do Governo tantas vezes anunciada ainda não é conhecida nem

da Assembleia da República nem dos parceiros sociais como as Associações de Proprietários e Inquilinos mas a senhora secretária de Estado anunciou de facto, em entrevista sobre a matéria ao Jornal de Negócios que, em consequência da liberalização das rendas, o Estado iria apoiar 100.000 famílias, ou seja, cerca de 25 por cento das famílias com rendas antigas. O rendimento mínimo garantido, que apoia 60.000 famílias, foi introduzido progressivamente e implicou a montagem de serviços complexos de enquadramento e controlo. Parece irrealista pensar que o Estado vai agora criar uma nova estrutura para processar um apoio que atingirá ainda mais famílias.

É realista a proposta governamental de subsidiar as rendas de casa de mais de 100 mil famílias?

O mercado de arrendamento tem em todos os países europeus duas componentes: o arrendamento privado livre e o arrendamento social.

Em média, na Europa, o arrendamento

social corresponde a 15 por cento do parque habitacional. Em Portugal o arrendamento social é diminuto, inferior a 4 por cento dos fogos e os seus proprietários, quer sejam Estado ou autarquias têm, frequentemente, como objectivo a sua venda.

Urge criar um verdadeiro parque social de arrendamento, ou seja habitação a custos não especulativos, gerida por entes públicos, fundos imobiliários ou cooperativas e arrendada por forma a dar uma rendibilidade anual de 5 por cento do capital investido, usual neste tipo de actividade. Este parque de arrendamento daria resposta às necessidades das classes médias e seria um verdadeiro regulador do mercado imobiliário.

Para impulsionar o arrendamento privado a medida fundamental é, em meu entender, a confiança no recebimento da renda fixada no contrato.

Os prazos da justiça não são garantes da liberdade contratual, pelo que seria necessário criar um sistema em que o inquilino que não depositasse a renda fosse despejado com celeridade.

TIMOR-LESTE, AQUI TÃO PERTO!

- I. Tudo começou com a entrada na sala de sessões do Parlamento Nacional de Timor-Leste que ostentava os tradicionais panos simbolizando os 13 distritos do país. Foi forte a emoção que então me invadiu, dada a expressiva manifestação de solidariedade que testemunhei e que me levava a recordar todo um longo caminho percorrido, sobretudo dois anos após a Independência de Timor-Leste, e 30 anos depois da Revolução de Abril.

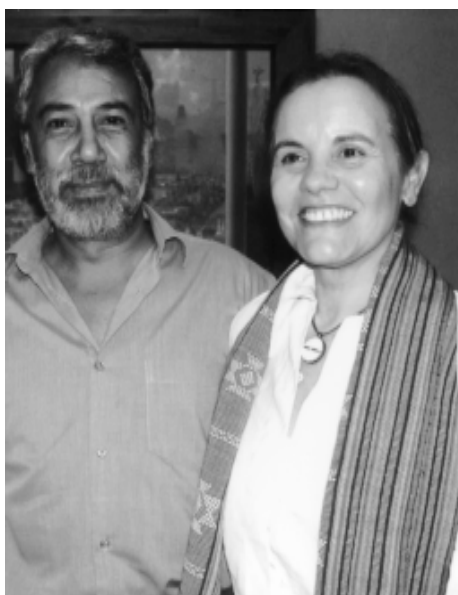
Laços históricos e seculares que perduram, que sobreviveram aos momentos trágicos que acompanharam a última geração, e que permitem olhar com esperança o mundo, deste lado de cá e desse lado de lá. Percurso que realizámos com o povo irmão timorense, e em que a Assembleia da República, assumindo as responsabilidades consagradas na Constituição aprovada em 25 de Abril de 1976, devotou o maior empenho.

No Parlamento Nacional Timorense, pela voz do seu presidente, Francisco Guterres Lu-Olo, pelos discursos e abraços vigorosos dos deputados das diferentes bancadas que expressam a pujança da vida democrática do novo Estado, recebemos o testemunho dos representantes eleitos do povo de Timor-Leste para os representantes eleitos de Portugal.

Regressamos a Timor, mesmo quando — como foi o meu caso — ali se chega pela primeira vez. Porque o povo de Timor-Leste sempre confiou no apoio do povo de Portugal. Porque, pesem todas as dramáticas vicissitudes, a causa da Libertação triunfou, graças à persistência dos que continuaram a resistir e dos que permaneceram solidários.

O Protocolo de Cooperação Parlamentar, celebrado na fase de transição, sob impulso do anterior presidente da AR, António de Almeida Santos, e agora objecto de um aditamento, assinado pelos presidentes dos dois parlamentos nacionais, é um instrumento de cooperação de singular alcance. A assistência da Assembleia da República Portuguesa, e complementarmente da União Inter-Parlamentar, foi essencial para assegurar o funcionamento da Assembleia Constituinte e para o prosseguimento dos trabalhos legislativos no Parlamento Nacional do novo Estado. Como parlamentar, e como representante do Grupo do Partido Socialista, não posso deixar de sublinhar o alcance de uma tal acção, onde não têm sido poupados esforços e criativo empenho da Assembleia da República, dos seus deputados e em particular de um número muito significativo de funcionários parlamentares, que nos últimos três anos mantiveram um valioso envolvimento, indispensável para a capacitação das instituições democráticas do novo país.

- II. Saindo da sala de sessões do Parlamento Nacional, vivi uma mesma intensidade de contactos. Nos encontros com o Presidente Kay Rala Xanana Gusmão, com o primeiro-ministro, Mari Alkatiri, com o ministro José Ramos Horta, com o bispo D. Basílio do Nascimento, cada um ofereceu um detalhado quadro das preocupações e dificuldades que se colocam ao novo Estado. A consolidação das instituições democráticas, a manutenção da paz e da estabilidade política e da coesão social, o progresso económico, a erradicação da pobreza e a formação dos jovens, a par da necessidade de



MARIA SANTOS

Deputada do Grupo Parlamentar do PS
(Integrou, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Delegação Oficial da Assembleia da República que visitou Timor-Leste, de 7 a 13 de Fevereiro de 2004)

Desejaria que esta aposta fosse mantida com inequívoco empenho pelo Governo português, nomeadamente através da manutenção, num prazo sustentado, de uma rede extensiva de professores cooperantes, e numa efectiva implementação do Protocolo de Cooperação no âmbito da Comunicação Social, elementos essenciais para a promoção da língua portuguesa.

- V. Numa breve deslocação ao interior, tivemos a oportunidade de subir a Bazartete, pequena aldeia na montanha. Vi o Timor dos nossos avós, um pulsar profundo e antigo; sinuosas estradas que desaparecem nas estações das chuvas; a quase ausência de uma rede eléctrica e de comunicações telefónicas; as muitas crianças que nos rodearam com expressões de genuíno carinho... Os caminhos do desenvolvimento de Timor-Leste merecem o melhor, na continuidade entre história e modernidade, entre solidariedade e independência nacional. Regressei a Portugal com a expectativa de que todos nós, timorenses e portugueses, continuaremos a manter a nossa fraterna cooperação, prosseguindo com a vontade de construir mais bem-estar, felicidade e qualidade de vida.

preservação e exploração sustentável de recursos naturais, bem como a fixação jurídica das fronteiras marítimas e terrestres, foram temas que ouvi abordar de modo vivo e caloroso.

III. Afastados os espectros da ocupação, conquistada a liberdade e a independência, surgem agora novos desafios. O novo Estado tem perspectivas de atingir em alguns anos o limiar de um desenvolvimento auto-sustentado, de obter receitas através dos rendimentos do Mar de Timor que assegurem um harmónico desenvolvimento económico e social. Este desenvolvimento e a consolidação da coesão nacional só parecem viáveis com o respeito pelo ambiente, com a preservação da sociedade rural e com a consequente valorização do desenvolvimento comunitário. Muito me impressionou, igualmente, a forma como o pensam os principais responsáveis, o que reforça a minha convicção de que o apoio ao novo Estado continua a ser decisivo.

IV. Por tudo o que sentimos e conhecemos, consideramos ser Timor-Leste uma experiência singular e exemplar, reflectindo o melhor de Portugal, em cooperação, disponibilidade e espírito de entrega. Tal solidariedade a esta causa não é contabilizável, os recursos envolvidos honram o compromisso de generosidade assumido pelos portugueses. Desde o início do processo de transição, e sob o impulso do Governo constitucional liderado por António Guterres, Portugal esteve na primeira linha entre os doadores multilaterais e bilaterais.

A língua, a consolidação do programa de reintrodução da língua portuguesa, parece-me ter que ser uma aposta nacional, onde se dê continuidade a todo o esforço de capacitação do novo Estado. O contributo de Portugal — parlamentar, governamental, cultural ou económico — insere-se num relevante objectivo de ajudar a viabilizar um novo Estado que, por trágica vicissitude histórica, sofreu uma traumatizante ocupação, e, por vontade própria, optou pela sua afirmação internacional como país membro da CPLP.

LISBOETAS SACRIFICADOS EM NOME DA PROPAGANDA CAMARÁRIA

O túnel do Marquês foi o tema em debate no jantar-tertúlia promovido pela Concelhia de Lisboa do PS, que teve ontem lugar no café-restaurant Martinho da Arcádia. Inserida no Fórum Cidade, esta iniciativa contou com a presença de Miguel Coelho e outros autarcas do PS, do advogado José Sá Fernandes e de elementos de associações ambientalistas e cívicas. Entretanto, o presidente da Concelhia de Lisboa acusou Santana Lopes de "sacrificar" os moradores de algumas zonas da capital durante uma visita no passado dia 8 à Rua da Madalena, que está encerrada ao trânsito desde Julho do ano passado devido à operação de requalificação dos edifícios, e ao túnel do



Marquês, cujas obras foram suspensas há duas semanas pelo Tribunal Administrativo de Lisboa por falta de um estudo de impacto ambiental. Miguel Coelho considerou que a intervenção na Rua da Madalena "é mais uma obra de fachada", uma vez que nos prédios intervençados mora muito menos gente que nos edifícios degradados situados nas traseiras. A Concelhia de Lisboa visitou ainda as obras do Túnel do Marquês que estão paradas há quase duas semanas por "única e exclusiva responsabilidade do dr. Pedro Santana Lopes", que não mandou realizar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). "O Estudo não é uma mera exigência de

Bruxelas ou uma maluquice ambientalista", afirmou Miguel Coelho, referindo-se às questões que têm sido levantadas por associações de defesa do ambiente e às cartas dos comissários europeus do Mercado Interno e do Ambiente, que dizem ir questionar as autoridades portuguesas sobre a inexistência de um EIA. Para Miguel Coelho, "fazer uma obra deste tipo é o mesmo do que realizar uma operação cirúrgica complicada, sem antes fazer os exames e análises necessárias".

PS quer Santana e Carmona na AR

Entretanto, o PS voltou no dia 11 de

Maio a pedir a audição urgente do presidente da Câmara de Lisboa, Santana Lopes, e do ministro das Obras Públicas, Carmona Rodrigues, em comissão parlamentar para prestarem esclarecimentos sobre o túnel do Marquês.

"O presidente da Câmara de Lisboa deve vir já à comissão, tal como o seu 'substituto', que ainda é ministro das Obras Públicas, Carmona Rodrigues. Devem vir já", defendeu o deputado do PS Mota Andrade, na primeira reunião da Comissão Parlamentar de Obras Públicas, após Santana Lopes ter cancelado a sua ida àquela Comissão.

PS/PORTO EXIGE DEMISSÃO DO MINISTRO DA SAÚDE

A Comissão Política do PS-Porto aprovou uma moção, reclamando a demissão do ministro da Saúde, Luís Filipe Pereira.

O documento, elaborado pelo porta-voz para a Saúde da Federação socialista, Manuel Pizarro, faz um diagnóstico negro do estado da saúde no distrito, responsabilizando Luís Filipe Pereira pela política de destruição do SNS (Serviço Nacional de Saúde), que põe em causa os cuidados de saúde na região.

"O sistema tem sido esvaziado de médicos, sendo já quase de 300 mil o número de habitantes do distrito que não têm médico de família", alerta o PS portuense, denunciando ainda que "entre os enfermeiros e o pessoal administrativo grassa a mais absoluta instabilidade laboral, sujeitos muitos deles a contratos a prazo de três meses renováveis por uma só vez, que impedem qualquer eficiência na gestão dos centros de saúde".

Os socialistas do Porto acusam, por outro lado, a ARS-Norte de estar "completamente manietada por lógicas partidárias", apontando como exemplo o processo de fusão de centros de saúde.

"Do que não há dúvida é que o cartão laranja se transformou em condição *sine*

qua non para o acesso a posições de chefia", afirmam, acrescentando que "das cerca de 20 nomeações recentemente efectuadas para as direcções dos centros de saúde, só num caso o nomeado não está ligado aos partidos da coligação PSD/PP".

"No plano hospitalar a situação não é melhor", garantem, pois "na Maternidade Júlio Dinis, a nomeação do director é aguardada há mais de dois meses; no Hospital de Gaia a direcção está demissionária e a ARS assobia para o lado; no Hospital S. João é a própria ARS que conspira activamente para derrubar a direcção que o ministro empossou em Fevereiro de 2003".

Entretanto, "o ministro vai entretendo a opinião pública com verdadeiras fantasias estatísticas como aquela em que afirma que se realizaram mais intervenções cirúrgicas em 2003 do que nos anos anteriores", rematam.

E afastamento de Valentim Loureiro

O PS/Porto exige que Valentim Loureiro, implicado no caso "Apito Dourado", seja suspenso da presidência da Câmara de

Gondomar e da Junta Metropolitana. Esta posição emanou de uma reunião da Comissão Política, realizada no passado dia 10, tendo sido reforçada por recentes declarações do líder dos socialistas portugueses.

Francisco Assis reclamou o afastamento de Valentim, prometendo ainda um endurecimento da oposição do PS no seio da JMP "sempre que necessário".

Denunciando a "total degradação a que chegou a liderança do Valentim Loureiro na Junta, o presidente da Federação do PS/Porto apontou como exemplo paradigmático o facto de vários municípios, no âmbito da reforma do território, terem já manifestado a intenção de aderirem a Área Metropolitana, sem que até agora se saiba qual a posição do seu órgão executivo.

Face a tal grau de "apatia e omissão", Assis exprimiu a sua severa reprovação e anunciou que será apresentada uma proposta na Assembleia no sentido de estabelecer que os presidentes das juntas metropolitanas sejam eleitos por sufrágio directo e universal. O líder do PS/Porto avançou ainda o nome de Augusto Santos Silva para a coordenação do programa federativo para a Área Metropolitana.

PS/ALGARVE QUER REVISÃO TOTAL DO PLANO REGIONAL DE SAÚDE

A proposta de Plano Director Regional de Saúde (PDRS) é um documento "muito mau tecnicamente", considera a Federação do PS/Algarve. Por isso, recomenda a sua total revisão, dado que "a maioria das suas propostas não obedecem a qualquer modelo de referência, não têm qualquer fundamento científico, nem se enquadram na legislação vigente".

Para os socialistas algarvios, o documento revela ainda "debilidades muito graves, não respeita a metodologia do planeamento, falha no diagnóstico da situação, apresenta falta de concordância com a realidade e não discute nem busca alternativas".

"Só um deficiente acompanhamento e falta de coragem política" por parte da Administração Regional de Saúde (ARS), a entidade promotora do Plano, "possibilitou que este documento tivesse visto a luz do dia", refere o PS/Algarve.

Entre outras lacunas, os socialistas referem que o documento apresenta "cenários virtuais, que não se encontram científica e tecnicamente suportados na análise desenvolvida", ficando também provado que o Plano Director Regional de Saúde "tem como objectivo dar cobertura a tomadas de decisão por parte do Governo PSD/PP, sem qualquer estudo prévio ou fundamentação técnica".

Neste quadro, o PS/Algarve defende que "a ARS Algarve utilize a sua capacidade instalada, consultando os recursos humanos, que existem no seu seio, de elevada qualidade e experiência" e ainda que "a ARS termine com o clima de secretismo que até aqui tem envolvido a elaboração do PDRS do Algarve, dinamizando a sua discussão e ouvindo os diversos parceiros envolvidos".

VEREADORES SOCIALISTAS ACUSAM

RIO OMITIU RELATÓRIO DA INSPECÇÃO-GERAL DAS FINANÇAS

Os seis vereadores socialistas da Câmara do Porto criticaram o presidente Rui Rio por ter omitido o relatório da auditoria efectuada pela Inspeção-Geral das Finanças (IGF) e exigiram a sua distribuição por todo o executivo.

"Porque razão foi omitido o relatório?", inquiriu a vereadora socialista Isabel Oneto, pergunta a que Rui Rio não respondeu durante toda a reunião.

Em consequência, os socialistas apresentaram um requerimento dirigido ao presidente da Câmara em que pedem que lhes seja fornecido aquele

documento.

A vereadora socialista Isabel Oneto explicou que o objectivo do requerimento é determinar porque nem todos os vereadores tomaram conhecimento do documento e a razão desta auditoria externa não ter subido à reunião do executivo.

"Seria a única forma para se poder exercer o contraditório", disse. Segundo o que se conhece do relatório, o antigo presidente Nuno Cardoso terá alegadamente prejudicado a Câmara em três milhões de euros por presumível favorecimento ao FC Porto.

Os vereadores socialistas apresentaram também um requerimento ao presidente para que lhes seja fornecido "um levantamento actualizado do ponto da situação sobre as cobranças nas cantinas escolares, durante os anos de 2002 e 2003". No documento, os socialistas afirmam que Rui Rio, "de uma forma ética e democraticamente deplorável, enviou pressurosamente para a comunicação social os resultados da auditoria que mandou instaurar aos postos de cobrança da Câmara antes dos interessados serem informados".



VIVE-SE MELHOR NOS AÇORES

"FACTOS SÃO FACTOS"

Numa demonstração de obra feita e promessas cumpridas, os socialistas açorianos editaram uma *newsletter* na qual evidenciam melhorias em todas as áreas, obras significativas em todo o arquipélago e crescimento médio superior ao continente.

O actual défice das contas públicas é de "zero", as tarifas das ligações aéreas entre as ilhas e território continental desceram 34 por cento, a luz ficou mais barata 42 por cento, bem como o IRC e o IRS, que sofreram variações negativas de 30 e 20 por cento, respectivamente.

No sector da acção social, a "Factos São Factos" aponta para a existência, no arquipélago, de 114 centros para a terceira idade, contra os antigos 44. Na saúde, os açorianos beneficiam presentemente com a assistência de mais 105 médicos, o desemprego caiu para metade, enquanto a formação profissional passou de uns escassos 430 para 4624 alunos.

É caso para dizer, como afirma o PS/Açores na publicação que fizeram chegar aos açorianos no âmbito da pré-campanha eleitoral para as regionais de Outubro: "os números falam por si".

HOSPITAL DE VISEU

GESTÃO FINANCEIRA À MODA DAS SOCIEDADES ANÓNIMAS ELEVA CUSTOS

Um saldo líquido negativo de 10 milhões de euros foi o resultado efectivo, o ano passado, da alteração do Hospital de São Teotónio para Sociedade Anónima (SA). Esta a denúncia feita, no passado dia 11 de Maio, em comunicado, pelo presidente da Federação do PS/Visu, José Junqueiro, para quem esta unidade de cuidados de saúde "conheceu uma degradação da sua situação económica no seu primeiro ano de actividade como hospital SA, mostrando que o contrato-programa que orientou a sua actividade não esteve adequado à sua situação".

Depois de analisar as contas do hospital, Junqueiro concluiu que "a exploração do hospital passou de uma situação em que ainda libertava fundos em 2002, para uma situação de consumidora de fundos muito significativa".

"Isto é um claro indício da sua inviabilidade económica no seu actual contexto", considera, acrescentando que, "a não serem tomadas medidas estruturais", esta



será evidente a médio prazo. Segundo o líder do PS/Visu, os "provetos operacionais tiveram um acréscimo de

apenas 0,6 por cento em 2003", mas os "custos operacionais conheceram um crescimento de 11,2 por cento, mesmo

com a alteração do modelo de financiamento dos medicamentos cedidos em regime de ambulatório em que a ARS (Administração Regional de Saúde) assumiu parte dos custos anteriormente suportados pelo hospital".

Em consequência, "os prejuízos operacionais passaram de menos 3,2 milhões de euros em 2002, para menos 10,7 milhões de euros em 2003", explica. O dirigente socialista estranha ainda que a 31 de Dezembro de 2003 o hospital tivesse "depósitos bancários de 37,4 milhões de euros, a quase totalidade da dotação de capital que recebeu", uma "dívida a fornecedores de 12,2 milhões de euros" e outra "a outros credores de 14,3 milhões de euros", afirmando que este poderá ser entendido como um exemplo da "boa gestão financeira à moda dos SA".

Demissão polémica

Entretanto, em Castelo Branco, o

Partido Socialista exigiu do PSD/PP local uma "explicação cabal, séria e sem politiquices" acerca das "verdadeiras razões que levaram ao pedido de demissão do director do Hospital Amato Lusitano".

Os socialistas albacastrenses questionam, em comunicado, o porquê de, repentinamente, as portas da tutela se terem fechado para o director desta valência de saúde pouco tempo depois de lhe ter sido renovada a confiança.

"Porque é que o presidente da distrital, que antes indicara o nome do dr. João Gabriel como profissional competente e trabalhador, vem depois retirar-lhe essa confiança?" perguntou, para depois rematar com a suspeita de "promiscuidade" entre partido e lugares da Administração pública "que leva a que as nomeações e demissões sejam anunciadas pelos dirigentes partidários".

TROÇO DO IP5

MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS CHAMADO A EXPLICAR VIABILIDADE DE SOLUÇÃO PROVISÓRIA



O grupo de trabalho coordenado pelo deputado socialista Miguel Gíngestal deliberou, por unanimidade, pedir informações ao Ministério das Obras Públicas, com carácter de urgência, sobre os estudos feitos sobre a duplicação do Itinerário Principal (IP) 5 na zona do Caçador, Visu, uma solução provisória que desagrada aos moradores.

Os parlamentares querem saber se foi efectuado algum estudo de impacto ambiental que viabilizasse essa solução e algum estudo que assegure que não há problemas de segurança rodoviária", explicou o deputado socialista. Gíngestal considera necessário "saber se a construção do troço provisório foi uma decisão tomada de forma sustentada".

A solução provisória na zona do Caçador, enquanto decorrem estudos sobre o traçado definitivo da futura A25 a Sul da cidade de Visu, obriga a estrada a fazer uma espécie de bossa onde a velocidade máxima permitida é de 80 quilómetros à hora.

"Os habitantes são favoráveis ao traçado a Sul de Visu, mas estão frontalmente contra esta solução provisória, porque vai destruir casas definitivamente e não reúne condições de segurança rodoviária, por causa da bossa", frisou o parlamentar do PS, para quem o grupo de trabalho constituído pela Comissão de Obras Públicas para analisar a solução provisória "tem muitas dúvidas que os estudos ambiental e de segurança rodoviária tenham sido feitos, porque de certeza resultariam em pareceres negativos".

"Estamos muito preocupados com esta pressa do Governo em arranjar uma solução provisória, que não conseguimos vislumbrar a quem possa interessar", disse Miguel Gíngestal.

PLANO TURÍSTICO DO VALE DO DOURO É UM ERRO POLÍTICO

Os deputados do PS eleitos pelos distritos de Bragança, Vila Real, Guarda e Visu consideraram "um erro político" o Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD), que foi apresentado, na Régua, pelo primeiro-ministro.

"Trata-se de um "erro político" que esquece as necessidades de quem vive na região duriense", referem, em comunicado, os deputados do PS, que classificam ainda o plano turístico como "coxo, e com pouca sustentabilidade técnica".

Para os parlamentares socialistas, era "importante" que o Governo tivesse o cuidado de, antes de tornar o PDTVD definitivo, colocar o projecto à discussão pública, e dele tivesse uma "visão dinâmica, integrada e receptora de contributos".

"Fazer um plano com o objectivo de garantir o desenvolvimento de meia dúzia



de projectos 'resort' esquecendo as componentes económica, social, territorial e a opinião das pessoas que no Douro querem continuar a viver, é um grave erro político", acusaram.

Os deputados do PS lamentaram ainda

terem sido informados da visita do primeiro-ministro à região do Douro pela Comunicação Social e que nenhuma entidade os tenha contactado para o acontecimento, "ao contrário dos deputados da maioria", que foram convidados pelo administrador-delegado do Instituto Portuário e de Transportes Marítimos.

Para os socialistas, "teria sido acertado que o gabinete do primeiro-ministro tivesse tido, pelo menos, o cuidado de convidar o pai e principal motor dos projectos que se inauguram", o deputado José Junqueiro. "José Junqueiro dotou financeiramente e desenvolveu os projectos do Sistema de Comunicação de Segurança em VHF para a Via Navegável do Douro e ajudou a implementar o parque fluvial de Porto de Rei, em parceria com a Câmara de Resende", refere o comunicado.

BERTA NUNES É A CANDIDATA DO PS À CÂMARA DE ALFÂNDEGA DA FÉ

A candidata do PS à presidência da Câmara de Alfândega da Fé, Berta Nunes, reafirmou a sua "oposição firme e determinada" ao actual executivo da autarquia das "expectativas perdidas e goradas".

Para Berta Nunes, este executivo caracteriza-se também "pela sua desorganização, incompetência, e incapacidade". Por isso, concluiu: "Alfândega merece uma alternativa credível e nós estamos aqui para trabalhar por Alfândega da Fé".

Falando na sessão pública de apresentação da candidata socialista à presidência da câmara, Sócrates apelou ao voto de todos



em Berta Nunes, porque, frisou, "são votos na competência e no dinamismo".

"Berta Nunes, médica de profissão, é uma

mulher de carácter, de convicções, determinada, que gosta da causa pública", acrescentou.

Já o presidente da Federação de Bragança, Mota Andrade, sublinhou que "quando a câmara foi do PS deixou marcas indeléveis que estão à vista de todos. Foi nessa altura que Alfândega teve os melhores anos de desenvolvimento e progresso", acrescentando que "com Berta Nunes na presidência assistiremos à resolução de muitos problemas que a actual autarquia não tem tido capacidade de resolver".

LIVROS DOS NOSSOS

Secção dedicada à divulgação e apresentação crítica dos livros que vão publicando os militantes do Partido Socialista.

RELER CARRILHO, REESCREVER LISBOA

Reler agora estas noventa "crónicas intempestivas", escritas no decurso de 2002 – 2003, é um exercício em que, acima de tudo, se sente diferença.

Hoje muitos políticos publicam com regularidade – mas são poucos os que se pode dizer que realmente escrevem e que poderiam sobreviver à tentativa de uma segunda leitura.

Com M.M. Carrilho não é assim. Este livro oferece ao leitor uma escrita política altamente personalizada, que explora uma combinação criativa de que a cultura e a política parecem retirar valor acrescentado. Não será afinal de combinações deste tipo que pode resultar também o "aumento de valor" que tantos reconhecem necessário na política?

Deste conjunto de crónicas ressalta, mais do que um estilo ou uma aparente pose, um método político persistentemente prosseguido. Entre os elementos desse método encontram-se (1) a antecipação e o diagnóstico precoce, ou seja, a assunção de que a responsabilidade do político é não ver ao mesmo tempo que os outros, (2) a exposição de objectivos e convicções, tão em contraste com o estilo imperante centrado na "ocultação de intenções" (p.89) que parece agressiva à luz da sensibilidade estabelecida, (3) a selecção e a configuração dos alvos políticos, numa visão em que a personalização é um dos traços incontornáveis duma acção eficaz na vida política contemporânea.

Trata-se, afinal, de um método que podemos reconhecer que tem tido em Carrilho não só um proponente como também um convicto praticante.

Este livro é particularmente penetrante em áreas com que o autor se relaciona de forma exímia (media, cultura); mas numa leitura datada – Maio de 2004 – sublinho três pontos da agenda política



"... olhar para o que se passa em Lisboa é surpreender o deserto, é sobretudo descobrir que tudo continua demasiado conformista e algo saloio..."

O LIVRO

Crónicas intempestivas

Manuel Maria Carrilho
Temas e Debates, Expresso
Lisboa 2004

em que M.M. Carrilho alveja com precisão.

EUROPA – Carrilho não apenas, como todos, fala de Europa, mas revela sensibilidade para a questão de "saber falar" da Europa e, fiel ao seu próprio método, acaba por concluir que "o referendo da futura Constituição europeia não é uma opção, é um imperativo" (p. 260). A cena está superpovoada a este respeito de construções ambíguas, em que a vontade real é sempre mais dissimulada do que exibida (como acontece de novo agora com as formulações eleitorais do PSD/PP, onde se fala de "referendo desejável"...). O mérito desta formulação é o de sair desse jogo de ambiguidade e dissimulação.

PRESIDENCIAIS – M.M. Carrilho põe em causa o temor reverencial que tende a manifestar-se em torno de uma eventual candidatura Cavaco, antes ainda dela existir, mostrando, argumentadamente, o seu vazio e a sua fragilidade. Afinal, que mensagem e que ideias novas tem sido Cavaco capaz de mostrar? Carrilho lança luz sobre a "candidatura vazia" que

essa candidatura seria, mostrando que, num mundo carente de sinais de futuro, acabaria por ser do passado que viriam todas as suas referências. Temor do futuro?

LISBOA – Lisboa é um dos tópicos recorrentes destas crónicas, numa espécie de demonstração exemplar: a antecipação e o diagnóstico precoce, a fixação do contendor político, o combate metódicamente dirigido, a visão cosmopolita.

A perda de Lisboa teve um papel importante na demissão que afastou os socialistas do governo, nas autárquicas de 2001, e Carrilho presente que por Lisboa tem de passar o caminho futuro do PS.

Este livro ajuda a compreender a sólida preparação do seu autor para esse combate político e as raízes mais profundas do seu envolvimento. Reler estas crónicas é ficar a perceber por que reescrever Lisboa volta a ser crucial para reescrever PS.

ALBERTO COSTA

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível. Os endereços são: accaosocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

Correio dos Leitores

Li atentamente o jornal "Acção Socialista", e, apesar de ser apenas a 2ª vez que o recebo, pois tornei-me militante há bastante pouco tempo, acho um jornal bastante bom. Parabéns a todos pelo trabalho, dedicação e força de vontade.

Chamo-me Carlos Santos, tenho 19 anos e sou o militante nº 78445, e escrevo-lhe pois apesar de me ter tornado militante há pouco tempo, gostava de participar de uma forma mais activa no nosso partido, uma vez que até o simples facto de ainda não ter conseguido pagar as quotas devido a problemas com o Multibanco me deixa um pouco triste. Sei que atravessamos uma situação algo complicada quer a nível partidário quer no panorama nacional, mas penso que unidos e com trabalho, esforço e dedicação, estas dificuldades terão os dias contados; afinal nada é impossível e sem trabalho nada se consegue.

Conheço bem de perto a crise económica que atravessamos, pois vejo os meus pais a desdobrarem-se em trabalhos para que eu possa tirar o meu curso. Acredito, apesar de me chamarem visionário, sonhador e ingénio, que o nosso país pode sair desta crise. Discordo por completo de muitas das medidas do Governo, pois congelando salários e fomentando o desemprego é normal que o consumo baixe e sendo o consumo um dos motores do crescimento da economia é normal que o país ande de "langa". É por isso que ouvir a ministra das Finanças me dá uma certa vontade de rir, apesar de não achar graça nenhuma ao facto de considerar que ela nos vê como números e não como pessoas, capaz de todos os meios para atingir os seus fins. Sei que todos desejamos a retoma, mas o que nos distingue são os meios, pois pessoas são pessoas e números são números.

Termino manifestando, como já referi, a vontade de participar de forma mais activa na vida do nosso partido, de forma a um dia mais tarde, quem sabe, contribuir para um novo e melhor Portugal.

Carlos Santos

GABINETE DE ESTUDOS

UNIVERSIDADE DE VERÃO ABORDARÁ RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E MEDIA

O Gabinete de Estudos (GE) continua a preparar a matriz orientadora dos temas e dos eixos de acção política a verter no próximo Programa de Governo a apresentar pelo PS.

Segundo o director do GE, Luís Nazaré, neste documento, "que não deverá ultrapassar 15 a 20 páginas", somar-se-ão todos os contributos dos diferentes grupos de forma muito sintética.

No balanço da última reunião do Conselho Geral do GE, Nazaré adiantou

que a próxima edição da "Universidade de Verão", a decorrer na última semana de Agosto, dominou os trabalhos, tendo sido escolhido o tema geral "A Política e os Media", a abordar em quatro vertentes essenciais: "A Política e os Novos Media", "O Serviço Público", "Regulamentação e Acesso aos Media" e "Políticos e Jornalistas". Também na última reunião do Conselho deliberou-se no sentido da fusão de grupos de trabalho que desse modo

otimizem a transversalidade dos temas. O formato padrão e o critério editorial para a produção de conteúdos do sítio do GE na Internet foram também definidos, visando a abertura ao surgimento de "contradições positivas". Entretanto, estão já disponíveis no endereço www.ge.ps.pt o balanço dos fóruns temáticos levados a cabo pelo Gabinete de Estudos no passado mês de Março.

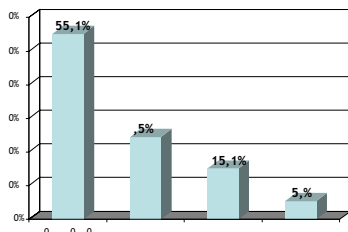
M.R.

Gabinete de Estudos

www.ge.ps.pt

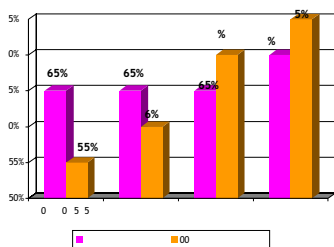
SUBSÍDIO DE DOENÇA CORTE BRUTAL DE DIREITOS

Distribuição do número de bis



55% das baixas são até 30 dias
0% das baixas são até 0 dias

% de comparticipação

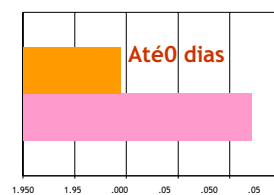
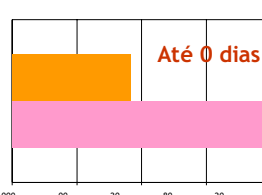
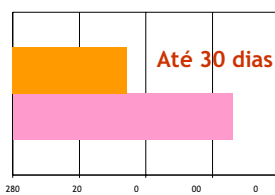


Com o novo regime 55% das baixas passa a ser menos % de comparticipação e corresponde a uma perda de rendimento de 5%

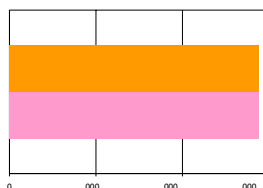
Quando a crise económica aperta, o que se espera de um Governo democrático é que reforce os instrumentos de protecção social. A direita faz o contrário: ataca o Estado social. Atrasa o pagamento das prestações, corta os benefícios do subsídio de doença, quer cortar os benefícios do subsídio de desemprego.

Montantes de Subsídio de Doença

Até 30 dias



Até 0 dias



Como os bis só são até 30 dias, o montante médio dos subsídios de doença diminuiu e o seu edimento diminuiu e o mesmo se aplica aos subsídios de doença de 90 dias e de 180 dias. O edimento do sistema de subsídios de doença

DL 28/2004

Regime substituído

SUGESTÕES

por ISABEL PIRES DE LIMA

CHICO BUARQUE CONSTRUTOR DE IDENTIDADES



Já sabíamos que Chico Buarque e sucesso andam a par, mas é mais na área da música que pensamos quando lembramos o compositor, letrista e cantor de sucesso que ele é, há mais de 30 anos. Mas agora o sucesso acompanha-o também, e merecidamente, no campo da literatura, a que ele sempre se dedicou desde os anos 60 com publicações na área dramática e, mais recentemente, na da ficção – *Estorvo* e *Benjamim*, nos anos 90, e, agora, *Budapeste*.

Budapeste (Lisboa, Dom Quixote, 2003) é um romance breve, brilhante e divertido, que se lê de um fôlego. Conta-nos a história um pouco rocambolesca de José Costa, um escritor carioca de artigos e livros por encomenda que, na sequência de um percalço de viagem de regresso de um congresso de escritores anónimos, acaba por se apaixonar por uma língua – o húngaro – por uma cidade – Budapeste e, cumulativamente, pela professora de húngaro que contrata.

Chico Buarque fala-nos nesta primeira parte do romance do fascínio que a palavra, na sua matéria-prima feita de fonemas, pode exercer e como a articulação dessas sonoridades na prosódia de uma língua estranha, no seu mistério, pode ter um poder encantatório idêntico ao da música e altamente criativo: “Tive a sensação – diz o protagonista – de haver desembarcado em país de língua desconhecida, o que para mim era sempre uma sensação boa, era como se a vida fosse partir do zero.” A partir daquela experiência húngara, José Costa, que agora também se chama Zsoze Kósta, passa a viver dividido entre duas cidades, duas línguas e duas mulheres, divisão que finalmente apenas confirma a fissura identitária que sempre vivera como autor de textos apócrifos, incluindo “autobiografias”. Escrevendo *O Ginógrafo* (que

literalmente significa o que escreve sobre a mulher), estranho título da “autobiografia” de um empresário, José Costa torna-se um *best-seller* e experimenta viver de um modo enviesado o sucesso. Ele que detestava a evidência e prezava o seu anonimato começa a comprazer-se e a envaidecer-se, numa espécie de *transfert* identitário, com o sucesso do outro, o falso autor da autobiografia, que o público adula. E ainda por cima a sua mulher brasileira, Vanda, com quem está a viver uma crise conjugal, entusiasma-se com a leitura de *O Ginógrafo* e com o seu presumível autor, sem imaginar que o livro fora escrito pelo seu marido.

A deriva identitária em que José Costa/Zsoze Kósta vive condú-lo a uma relação alterada com o real acabando por experimentar momentos de (con)-fusão entre línguas, pátrias, mulheres, entre livros e vida, entre autor e personagens. Por exemplo, num certo momento diz que sente um “tipo de ciúme ao contrário” quando vê os seus livros assinados por outros, mas acrescenta: “Para mim, não era o sujeito quem se apossava da minha escrita, era como se eu escrevesse no caderno dele.”

Enfim, as perplexidades identitárias do nosso herói culminarão num verdadeiro espiral quando, já completamente senhor do idioma húngaro, acaba por escrever um livro de versos em nome de um famoso poeta húngaro em crise criativa, o qual terá o maior êxito, e acaba por ver publicado em húngaro um livro assinado por si, de que não era autor, embora por fim se convença de que foi o seu verdadeiro autor. Em síntese, este é um livro em que se especula sem erudição e com muita imaginação sobre as questões da pertença a uma língua e sobre a escrita como construtoras e configuradoras dos sujeitos, isto é, das identidades.

Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaossocialista@ps.pt

www.psp.pt/accacao